

Boletim de **Conjuntura da Bahia**

3º TRIMESTRE DE 2021

Boletim de **Conjuntura da Bahia**

3º TRIMESTRE DE 2021



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa dos Santos

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

João Felipe de Souza Leão

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA
BAHIA – SEI

Jorgete Oliveira Gomes da Costa

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA (Distat)

Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE PESQUISAS (Dipeq)

Jonatas Silva do Espírito Santo

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL (CAC)
(Coordenação Geral)

Arthur Souza Cruz Júnior

COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIAIS (Copes)

Guillermo Javier Pedreira Etkin

COORDENAÇÃO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS
(Coref)

João Paulo Caetano Santos

ELABORAÇÃO TÉCNICA

**Luiz Mário Ribeiro Vieira (Cenário
Internacional, Nacional e Estadual)**

Pedro Marques de Santana (Agropecuária)

**Carla Janira Souza do Nascimento (Produção
Industrial)**

Elissandra Alves de Brito (Comércio Varejista)

Rosângela Conceição (Serviços e Turismo)

**Arthur Souza Cruz, Thiago Lima Bartolomeu e
Marcus Vinícius Souza P. dos Santos (Comércio
Exterior)**

**João Gabriel Rosas Vieira, Poliana Peixinho e
Marília Jane Campos (Finanças Públicas)**

**João Paulo Caetano Santos, Denis Veloso e
Carol Vieira (Produto Interno Bruto)**

**Luiz Fernando Araújo Lobo (Mercado de
Trabalho)**

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Zélia Maria Abreu Góis

NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO

Ludmila Nagamatsu

DESIGN GRÁFICO

Vinícius Luz Assunção

REVISÃO DE LINGUAGEM

Bernardo Menezes

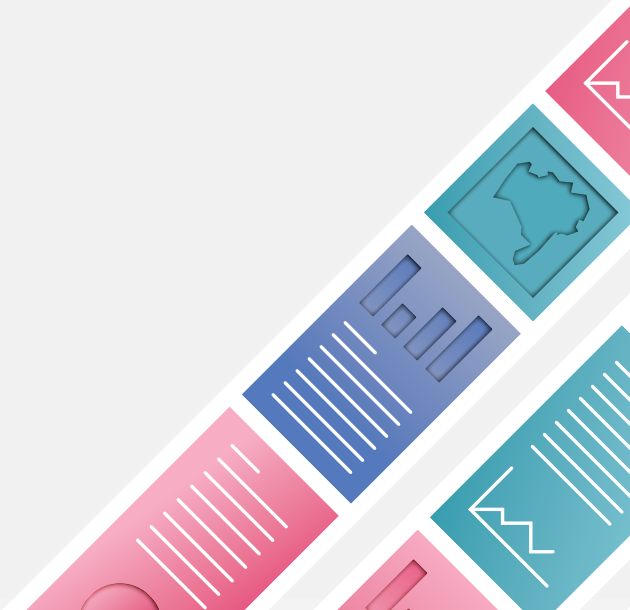
EDITORAÇÃO

Julio Cesar Fonseca

SUMÁRIO



Panorama Internacional e Nacional.....	5
Internacional.....	5
Nacional.....	9
Estadual	15
Agropecuária.....	19
Produção Industrial.....	24
Comércio Varejista	30
Serviços.....	36
Turismo.....	39
Comércio Exterior.....	42
Finanças Públicas.....	49
Produto Interno Bruto (PIB).....	51
Mercado de Trabalho.....	56



Panorama Internacional, Nacional e Estadual

Luiz Mário Ribeiro Vieira

lmario@sei.ba.gov.br

INTERNACIONAL

Após o controle da pandemia, que possibilitou uma maior flexibilização das medidas de distanciamento social, as principais economias do mundo voltaram a crescer no segundo trimestre de 2021. Esse crescimento se traduziu na manutenção dos preços das *commodities* em patamar elevado. Somados a isso, estoques industriais ainda baixos e falta de alguns insumos têm se refletido em aumento da pressão sobre os preços ao consumidor e ao produtor no mundo.

Esse fenômeno se espalhou pelo mundo a ponto de se falar de uma “inflação global”, consequência da pandemia de covid-19. A ideia ganhou força, em especial após os recordes de inflação ao consumidor nos Estados Unidos, com a maior alta nos últimos 30 anos, e ao produtor na China, com a maior elevação em 25 anos. Como esses países são as duas maiores economias do mundo, os efeitos inflacionários, em especial o aumento em custos de produção e nos preços de produtos, tendem a se espalhar para outras economias demandantes dos produtos desses países.

Um ponto em comum em muitos casos são os problemas em cadeias de fornecimento, com preços altos ou falta de produtos, e uma demanda aquecida da população devido a estímulos governamentais, especialmente no Estados Unidos e na Europa. Esses dois fatores, segundo especialistas, estão entre as principais causas de um fenômeno inflacionário que ainda deve durar, pelo menos, até o primeiro semestre de 2022, afetando a recuperação econômica mundial.

Diante dessa conjuntura, as maiores economias do mundo apresentaram recuperação no segundo trimestre. As duas maiores economias, Estados Unidos e China, continuaram seu processo de expansão, enquanto o Japão e a Zona do Euro voltaram a crescer após registrar queda no primeiro trimestre.

A economia dos Estados Unidos cresceu 6,6%, em dados anualizados. O Produto Interno Bruto (PIB) chinês aumentou 7,9% no segundo trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior. O desempenho da economia da Zona do Euro surpreendeu positivamente, porém as novas variantes geraram preocupações nas autoridades sanitárias. O crescimento do PIB dos 19 países que formam a Zona do Euro foi de 2,0% na comparação trimestral e de 13,7% na base anual. A terceira maior economia do mundo voltou a crescer no segundo trimestre, o PIB do Japão aumentou 0,3% na comparação com o trimestre anterior, de acordo

com resultados oficiais preliminares que mostram que a economia do país resiste, apesar da crise sanitária.

O desconforto com as pressões inflacionárias é aumentado pela perda de dinamismo da economia global no terceiro trimestre. Por enquanto não há estagflação, mas a transição da fase de reabertura e crescimento acelerado para o momento atual de crescimento mais equilibrado ainda não parece ter trazido alívio para a inflação, aumentando a incerteza quanto aos rumos da economia mundial.

O desequilíbrio entre oferta e demanda ficou evidente, segundo levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pelo baixo desempenho das exportações de bens das maiores economias do mundo, que cresceram 0,9%, e as importações, 0,4% no terceiro trimestre, medidas em dólar. A demanda sustentada por eletrônicos e os altos preços de energia continuaram a desempenhar um papel no terceiro trimestre, enquanto as cadeias de fornecimento de semicondutores sobrecarregadas pesaram sobre o comércio de veículos e peças, o que deve ainda persistir pelo menos até o primeiro semestre de 2022, afetando a recuperação econômica mundial e o nível de preços global.

Esse quadro implica desafios importantes para a condução da política monetária pelos principais bancos centrais. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed) deixou clara a redução das compras de ativos (tapering) a partir novembro, e poderá encerrar as compras em meados de 2022.

Mesmo com a ameaça inflacionária, que não confirmou seu caráter transitório, as pressões sobre os preços estão se espalhando e se tornando mais persistentes ainda que as commodities, em especial, tenham se estabilizado em níveis elevados. Mesmo assim, as principais economias do mundo voltaram a crescer no terceiro trimestre de 2021 em ritmo mais moderado, principalmente pelo controle da pandemia, que possibilitou uma maior flexibilização das medidas de distanciamento social.

Na China, a desaceleração da atividade econômica no terceiro trimestre foi resultado de cortes de energia, gargalos na cadeia produtiva e arrefecimento do setor imobiliário. Na comparação interanual, o PIB chinês desacelerou de uma alta de 7,9% no segundo trimestre para 4,9% no terceiro trimestre. A produção industrial desacelerou de um crescimento de 5,3% para 3,1%, ao mesmo tempo em que as vendas do varejo aceleraram de 2,5% para 4,4%. Em suma, esses resultados impõem viés de baixa para o crescimento chinês deste e do próximo ano, visto que a política econômica não deve ser significativamente alterada no curto prazo e os vetores de baixa seguirão presentes - lançamentos e vendas de imóveis continuarão enfraquecendo e cortes de energia mantêm a produção industrial restrita.

Os Estados Unidos continuaram seu processo de recuperação, agora de maneira mais tímida, crescendo 2,1% no terceiro trimestre de 2021, em dados anualizados. Esse foi o ritmo de crescimento mais lento em mais de um ano, mas foi revisado ligeiramente para cima em relação ao ritmo de expansão de 2,0% relatado em outubro.

O ressurgimento de casos de covid-19 impôs novas restrições e adiamentos na reabertura de estabelecimentos em algumas partes do País, o que afetou o desempenho mais significativo do PIB. Além disso, no terceiro trimestre houve redução nas assistências do governo em forma de empréstimos a empresas, recursos a governos estaduais e locais e benefícios sociais às famílias.

Na Zona do Euro ocorreu uma estabilidade em relação ao segundo trimestre devido ao setor industrial estar sendo afetado pela falta de insumos e as diversas restrições nas cadeias de produção limitarem a expansão do setor. Ao mesmo tempo, a reabertura da economia tem gerado dinâmica inferior à esperada no segmento de serviços, mesmo com a pandemia evoluindo de forma favorável (vacinação avançada em vários países e os números de hospitalização em queda).

Diante dessa conjuntura, o PIB da Zona do Euro cresceu 2,2% no terceiro trimestre em comparação ao trimestre anterior. O resultado representa uma leve aceleração da economia frente ao 2º trimestre, cuja alta foi de 2,1%, conforme a economia continuou a se recuperar da recessão provocada pela pandemia em 2020. Na comparação com o 2º trimestre do ano passado, a alta foi de 3,7% no conjunto das 19 economias que usam a moeda comum europeia. No conjunto dos 27 países da União Europeia, o PIB cresceu 2,1% no terceiro trimestre perante os três meses anteriores, e avançou 3,9% na comparação com o mesmo período do ano passado.

A economia do Japão encolheu no trimestre de julho a setembro devido a uma queda nas exportações causada por restrições na cadeia de suprimentos e menores gastos do consumidor durante o estado de emergência da covid-19.

No terceiro trimestre, a terceira maior economia do mundo teve contração real do PIB, de 0,8% em relação ao trimestre anterior. Com o recuo de 0,8% na margem, o PIB em base anualizada encolheu 3,0%. As exportações, que foram um motor para a recuperação econômica do Japão na pandemia, caíram 2,1% em relação ao trimestre anterior devido ao impacto da escassez global de semicondutores.

As perspectivas de curto prazo para o cenário global continuam pautadas pelos temas de inflação e desempenho da atividade econômica e suas implicações para a política

monetária. Após frustração com o desempenho da economia em muitos países, há sinais de certa estabilização, ainda que o aumento dos casos de covid-19 na Europa traga alguma preocupação, diante da queda da mobilidade. A inflação elevada, por sua vez, tem se mostrado mais persistente, aumentando as dúvidas sobre a transitoriedade dos choques.

Em alguma medida, observa-se algum espalhamento entre os diversos componentes, em um ambiente em que a demanda por bens segue elevada, os preços de energia continuam pressionados e a reabertura vem pressionando os preços de serviços. A maior parte dos países emergentes, ao longo dos últimos trimestres, já começou a subir os juros. Nos países desenvolvidos, contudo, a sinalização por parte dos bancos centrais é mais moderada, revelando maior tolerância aos choques de oferta. O Fed, em especial, após iniciar a redução das compras de ativos, deve levar algum tempo antes da primeira alta de juros.

Por outro lado, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sancionou um projeto de lei de infraestrutura de US\$ 1 trilhão. A medida foi desenhada para criar empregos em todo o país, com a distribuição de bilhões de dólares a governos estaduais e locais para consertar pontes e estradas em ruínas e expandir o acesso à internet de banda larga para milhões de americanos. Portanto, medidas contracionistas de um lado e expansionistas do outro. A grande dúvida é qual será o comportamento da inflação diante dessa dualidade entre a política fiscal e a monetária.

Outro fator decisivo para o desempenho da economia global são os aumentos de casos de covid-19 na Europa. Será importante acompanhar a evolução desses números que, em caso de avanço, podem sinalizar perda de tração na economia europeia diante das medidas de restrição à mobilidade das pessoas, como ocorreu em 2020. Portanto, pelo efeito estatístico, a maioria dos países deve registrar crescimento em 2021, embora alguns não voltem ao nível de pré-pandemia, o que compromete a recuperação da renda e do emprego.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) fez uma tímida revisão para baixo de sua projeção de crescimento econômico global em seu novo relatório *World Economic Outlook*, divulgado em outubro. A previsão é de crescimento de 5,9% no PIB global em 2021 ante 6% projetados em julho passado. Para 2022 não houve alteração e o fundo continua esperando uma alta de 4,9% no ano. A redução nas expectativas ocorreu por conta dos problemas nas cadeias de suprimentos globais e da piora da pandemia em países mais pobres.

O fundo avalia que a recuperação global perdeu impulso no segundo trimestre de 2021. O FMI prevê que as duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China, vão crescer 6,0% e 8,0%, respectivamente, este ano. Para 2022, as taxas são de 5,2% e 5,6%. O FMI avalia que, na média, os países desenvolvidos recuperarão o PIB que tinham na pré-pandemia até

2022, enquanto muitos países emergentes e pobres podem chegar a 2024 ainda tentando recuperar o que perderam na crise atual.

Para o Brasil, o FMI prevê crescimento de 5,2% em 2021 e de 1,5% em 2022 – abaixo da previsão média para a região. Países exportadores de *commodities* crescerão com mais força – como Peru (10% e 4,6%) e Chile (11% e 2,5%). O México deve crescer 5,7% e 4,9%, respectivamente. Já para a Argentina a previsão é de 7,5% e 2,5%. As projeções são do relatório *Perspectivas para a América Latina e o Caribe: Um longo e tortuoso caminho para a recuperação*. Além da covid-19 e da inflação, o FMI vê como riscos o aperto das condições financeiras globais, dificuldades ligadas à rolagem das dívidas soberanas e agitações sociais – em um período de agenda eleitoral pesada em vários países.

O fato é que a economia ainda não retornou ao padrão pré-pandemia em muitos aspectos, sendo que muitas dessas restrições não são explicadas exclusivamente por questões relacionadas à pandemia. Em resposta a esse descompasso, o ajuste da política monetária foi se intensificando, com o aumento do número de bancos centrais elevando os juros, principalmente nos países emergentes.

Parte importante da inflação global se deve a questões transitórias, mas o fato é que esses choques têm se mostrado mais persistentes do que vários países esperavam trimestres atrás. A falta de semicondutores e de diversas *commodities*, por exemplo, ainda não foi reestabelecida e, em alguns casos, o descompasso não é decorrente unicamente da pandemia, que acabou comprometendo a produção e deslocou a demanda de serviços para bens de consumo duráveis.

Diante dessa nova conjuntura, o desempenho mais elevado das principais economias ficou em parte comprometido, embora registrando crescimento diante da retração expressiva ocorrida em 2020.

Nacional

No segundo trimestre, a atividade econômica seguiu registrando recuperação, com destaque para o comércio e serviços. Resultado da vacinação, da flexibilização gradual das restrições e da reabertura das atividades desses dois setores. A indústria de transformação, por sua vez, encontrou restrições por falta de insumos, já que a recomposição de estoques está sendo mais longa do que a prevista. Além disso, a Agropecuária, que sofreu com as condições climáticas desfavoráveis, registrou quebra de algumas culturas.

Os resultados da atividade econômica no segundo trimestre, com base nos dados das pesquisas mensais setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

apontaram para retomada da atividade econômica nos dois setores citados por conta do aumento da vacinação, da reabertura das atividades (principalmente aquelas que são mais dependentes do atendimento presencial), do aumento da mobilidade e da volta do auxílio emergencial. Na comparação com o primeiro trimestre, o comércio varejista e os serviços cresceram 3,5% e 2,0%, respectivamente. A indústria geral (de transformação e extrativa), devido a restrições na oferta de insumos, caiu 3,0%. O avanço da atividade econômica e a reabertura da economia impulsionaram o mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, beneficiado pela reabertura das atividades do setor de serviços.

No terceiro trimestre, a atividade econômica sentiu os impactos da inflação e do maior aperto monetário. A inflação medida pelo **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** subiu em 12 meses, de 8,35% em junho para 10,25% em setembro. Esse aumento da inflação está associado a fatores climáticos, repasse cambial e reabertura da economia. A crise hídrica vem impactando negativamente os níveis dos reservatórios há vários meses, encarecendo o preço da energia elétrica, enquanto as geadas dos meses de julho e agosto reduziram a oferta de alimentos *in natura*. Ao mesmo tempo, a reabertura da economia puxou os preços dos serviços para cima e as restrições do lado da oferta sustentam a inflação de bens industriais (especialmente automóveis).

Diante desse descolamento da inflação das metas estabelecidas, o Banco Central passou a adotar uma postura mais contracionista na política monetária, elevando a taxa de juros Selic com parcimônia ainda no primeiro trimestre, quando a taxa passou para 2,75%. O aperto monetário ficou evidente só no terceiro trimestre, quando a taxa atingiu 6,25% em setembro. O aumento da Selic e do crédito afetou a economia, que já se encontrava em desaceleração, especialmente as atividades ligadas ao ciclo econômico, como a construção civil, indústria de transformação, comércio e serviços. Por outro lado, setores mais dissociados do ciclo, como a indústria extrativa e/ou o agronegócio ligados à demanda internacional, podem compensar parte da perda de dinamismo do restante da economia.

Do lado da inflação, é importante reconhecer que a persistência do choque de oferta, a depreciação do câmbio, que não cede, e a alta do petróleo no mercado internacional também contribuem para elevar os preços dos combustíveis e bens produzidos pela indústria, impactando a inflação e o poder de compra dos consumidores, com efeitos negativos sobre o nível de atividade.

Como resposta ao cenário para a inflação, o Banco Central estende o aumento dos juros, mesmo que não esteja enfrentando um excesso de demanda agregada. O Comitê de

Política Monetária (Copom) vem reiterando nas atas a necessidade de um aperto monetário significativamente mais contracionista do que o considerado anteriormente. Como justificativa, revelou sua preocupação com o grau de persistência da inflação no curto prazo e o risco de desancoragem das expectativas de inflação, decorrente da política fiscal expansionista. A depreciação cambial e o impulso fiscal derivados das mudanças no teto de gastos, combinados com a persistência da inflação corrente, demandam um patamar de juros mais elevado para conduzir a inflação para as metas de 2022.

O aumento da inflação e da taxa de juros teve consequências sobre a atividade econômica. Os resultados no terceiro trimestre, com base nas pesquisas mensais setoriais do IBGE, apontaram para queda nos principais setores de atividade econômica.

A produção industrial caiu 0,4% na passagem de agosto para setembro. Essa é a quarta queda consecutiva do indicador, que acumula perda de 2,6% no período. Com isso, a indústria se encontra 3,2% abaixo do patamar de fevereiro de 2020. Após registrar crescimento desde o quarto trimestre de 2020, no terceiro trimestre de 2021 a produção industrial teve queda de 1,1%, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. E retração de 1,6% em relação ao trimestre anterior.

Ao recuar 1,1% no trimestre encerrado em setembro, o setor industrial interrompeu o comportamento positivo que vinha sendo registrado desde o último trimestre do ano passado (3,4%). "Havia uma sequência, em termos trimestrais, de resultados positivos. Inclusive, no segundo trimestre deste ano houve uma expansão que se destaca (22,7%) em função de uma base de comparação bastante depreciada. Esse movimento de volta ao campo negativo é justificado pelos resultados em todas as categorias econômicas, em especial do segmento de bens de consumo duráveis, que saiu de um crescimento de três dígitos e vem para uma queda de 16,9%", explica o IBGE, que destaca, dentro do setor, as retrações nos grupamentos de automóveis e de eletrodomésticos, especialmente, devido à crise dos semicondutores.

Nos dois últimos meses do terceiro trimestre, o volume de vendas do comércio varejista apontou desaceleração com duas quedas consecutivas, 4,2% e 5,5% em agosto e setembro em relação a 2020, respectivamente. Em setembro, na comparação com o mês anterior, recuou 1,3%, segunda queda consecutiva, após a maior alta do ano em julho, quando cresceu 3,1%. No terceiro trimestre em relação ao segundo registrou praticamente estabilidade, com crescimento de apenas 0,24%. O comércio varejista apresentou uma acentuada desaceleração após expansão significativa no segundo trimestre, 14,7%, para uma queda de 1,3% em relação ao terceiro do ano passado, acumulando crescimento de 3,8% em 2021 e nos últimos 12 meses, alta de 3,9%.

Para o IBGE, o fator determinante para a queda no terceiro trimestre de 2021 foi a inflação. Isso fica claro quando se compara a queda de 1,3% no volume e a variação de -0,2% na receita estável. O componente que joga o volume para baixo é a inflação. As mercadorias subiram de preço. Em combustíveis e lubrificantes, por exemplo, a receita foi -0,1%, totalmente estável, e o volume caiu 2,6%. O mesmo vale para hiper e supermercados, que passam de 0,1% de receita para -1,5% em volume.

O setor de serviços recuou 0,6% na passagem de agosto para setembro e interrompeu uma sequência de taxas positivas nos cinco meses anteriores, período em que acumulou ganho de 6,2%. Com o resultado de setembro, o setor ainda ficou 3,7% acima do patamar pré-pandemia registrado em fevereiro do ano passado, mas está 8,0% abaixo do recorde alcançado em novembro de 2014. Frente a setembro do ano passado, o volume de serviços avançou 11,4%, sétima taxa positiva consecutiva.

No terceiro trimestre em relação a 2020, o setor registrou crescimento 15,2% e 3,0% em relação ao trimestre anterior. No ano, acumulou ganho de 11,4%. Já o acumulado em 12 meses atingiu 6,8%, a taxa mais intensa da série histórica, iniciada em dezembro de 2012.

Mesmo com a queda em setembro em relação a agosto, o setor de serviços está em processo de recuperação pela forte queda registrada ao longo de 2020. A atividade de serviços prestados às famílias (1,3%) foi a única a avançar na passagem de agosto para setembro, a sexta taxa positiva consecutiva, nessa comparação. "Esses são justamente os serviços que mais sofreram com os efeitos econômicos da pandemia e têm mostrado algum tipo de fôlego, de crescimento. Com o avanço da vacinação e a flexibilização das atividades econômicas, as pessoas voltam a consumir com maior intensidade serviços de alojamento e alimentação", afirma o IBGE, que destaca que o setor ainda está 16,2% abaixo do patamar pré-pandemia.

A safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas adiciona mais um componente com desempenho negativo no terceiro trimestre que, de acordo com a estimativa de setembro do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), deve alcançar 250,9 milhões de toneladas em 2021, registrando o sexto mês consecutivo de queda na estimativa mensal.

Com o resultado de setembro, a produção deve ficar 1,3% abaixo da obtida em 2020, que atingiu o recorde de 254,1 milhões de toneladas. Para o IBGE, o declínio da produção de grãos se deve, principalmente, à falta de chuvas em estados produtores. O País vive uma crise hídrica. A quantidade de chuvas está muito abaixo do que normalmente é esperado para esses meses do ano.

Como já foi destacado acima, a indústria geral, o comércio varejista e a safra de grãos registraram contração no terceiro trimestre em relação a 2020. Apenas o setor de serviços apresentou crescimento, embora tenha crescido aquém do esperado, mas ainda abaixo do nível de atividade anterior à pandemia. Mesmo diante dessa desaceleração da atividade econômica, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a economia brasileira gerou 313.902 postos de trabalho formais em setembro. Apesar de permanecer acima da marca de 300 mil postos formais, a geração de empregos teve desempenho pior do que em agosto deste ano, quando foram abertas 368.091, mostrando o processo de perda de tração em curso na economia. No terceiro trimestre, 989.443 empregos com carteira assinada foram criados, portanto, houve uma melhoria considerável, ainda que insuficiente para reduzir o número de desempregados, que atingiu 13,5 milhões. Houve uma queda na taxa de desemprego, de 14,7% no primeiro trimestre para 12,6% no terceiro, puxada pelo aumento da informalidade influenciada pela abertura das atividades de maior contato físico, afirmam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), divulgada pelo IBGE.

Esses resultados negativos da produção da indústria geral e da agropecuária foram decisivos para que o PIB do terceiro trimestre em relação ao segundo não apresentasse um desempenho positivo, já que o crescimento do grande setor, serviços, que inclui o comércio varejista (1,1%), não foi suficiente para compensar a queda de 8,0% na agropecuária e a estabilidade na indústria (0,0%). Segundo o IBGE, o PIB do terceiro trimestre ficou praticamente estável com taxa de -0,1% em relação ao segundo trimestre, registrando a segunda taxa negativa por dois trimestres consecutivos, uma característica de economias estagnadas. Com esse resultado, o PIB está 0,1% abaixo do patamar registrado no fim de 2019, período pré-pandemia, e 3,4% abaixo do ponto mais alto da série histórica, o primeiro trimestre de 2014.

Pela ótica da demanda, nessa base de comparação, o consumo das famílias e do governo cresceu 0,9% e 0,8%, respectivamente. Os investimentos apresentaram estabilidade (-0,1%), enquanto as exportações (-9,8%) e as importações (-8,3%) registraram variação negativa. Mesmo com a volta do auxílio emergencial, o desemprego elevado e a inflação de itens essenciais em patamares recordes afetaram diretamente o consumo das famílias, que teve crescimento bem modesto.

Em relação ao terceiro trimestre de 2020, o PIB cresceu 4,0%, terceira alta consecutiva, embora sinalizando para uma desaceleração do crescimento.

Pelo lado da produção, excetuando a agropecuária, os demais setores cresceram. Agropecuária (-9,0%), devido à colheita, que foi mais concentrada nos dois primeiros trimestres do ano. Também houve efeito do clima adverso, que prejudicou o plantio e a produtividade em vária

culturas. A indústria (1,3%) continuou em recuperação, mas em ritmo mais lento que nos trimestres anteriores. Serviços (5,8%), segunda taxa positiva este ano, com perspectivas mais favoráveis caso o processo de reabertura e mobilidade das atividades se torne realidade.

Todos os componentes da demanda cresceram, ainda reflexo das quedas de 2020, ou seja, da base de comparação deprimida, principalmente do consumo das famílias e do governo. Consumo das famílias (4,2%) consumo do governo (3,5%), exportações (4,0%) e investimentos (18,8%), elevando a taxa de investimento para 19,4% do PIB no 3º trimestre, contra 16,4% no mesmo período de 2020.

No acumulado do ano até o mês de setembro, o PIB apresenta avanço de 5,7% em relação a igual período de 2020, diante de uma base bem contraída em 2020. Os resultados, mais uma vez, nessa comparação, seja pelo lado da produção ou da demanda, foram positivos. Apenas a agropecuária teve uma leve queda de 0,1%, já que vem de uma base de comparação muito alta em razão de que foi a atividade que mais cresceu no período de pandemia. O crescimento dos serviços (5,2%) foi puxado por outras atividades, que reúnem diversos serviços prestados às famílias, que passaram a consumir menos bens e mais serviços. Os investimentos se destacaram mais uma vez, crescendo 22,7% no ano.

Dessa forma, os avanços na imunização da população e os consequentes ganhos de mobilidade das famílias, que passaram a consumir menos bens e mais serviços, devem impulsionar o resultado do quarto trimestre, mas as incertezas trazidas pela nova variante *ômicron* podem comprometer o mês de dezembro, o mais esperado pelos setores de comércio e serviços. Além da inflação, que se encontra em níveis desconfortáveis, e o aumento da taxa de juros.

Na última edição de outubro do relatório *World Economic Outlook*, o FMI fez um leve ajuste para baixo na projeção de crescimento da economia do Brasil para este ano. Pelas novas estimativas, a instituição espera alta de 5,2% da economia do País este ano frente a alta de 5,3% no relatório de julho. Comparada à estimativa de 3,7% de crescimento publicada em abril, houve, portanto, elevação de 1,5 ponto percentual. Com a maior alta esperada para este ano, a projeção para 2022 foi reduzida em 1,1 ponto, de 2,6% para 1,5%. O FMI explica que as projeções brasileiras melhoraram bastante por conta de resultados de atividade econômica acima do esperado no primeiro semestre e demonstração de força de exportações, em especial de *commodities*. Por outro lado, a inflação elevada e taxa de juros muito acima da dos demais países, além do desemprego na casa de dois dígitos, impedem uma dinâmica sustentável da economia.

Segundo as novas projeções, divulgadas no dia 1º de dezembro pela OCDE, a estimativa para a alta do PIB do Brasil foi reduzida de 5,2% para 5,0% para 2021, e de 2,3% para 1,4%

para 2022. Ou seja, bem abaixo da média mundial, com risco de forte desaceleração no ano que vem. “Gargalos de oferta, menor poder de compra, taxas de juros mais altas e incerteza política desaceleraram o ritmo de recuperação”, destacou a OCDE no relatório. A taxa de crescimento projetada para o Brasil em 2022 é a menor entre os países do G20.

Nas atuais circunstâncias, as revisões do crescimento por duas instituições multilaterais têm algumas razões, como o forte declínio do poder aquisitivo das faixas de renda média e baixa, decorrente da inflação, que não conseguem retomar seu padrão de consumo. O controle inflacionário por meio de elevações sucessivas da taxa Selic não é o caminho para reverter o atual quadro. As origens do processo inflacionário são choques de oferta (nacionais e internacionais) em diferentes setores, os quais deveriam ser combatidos por medidas setoriais específicas.

O atual ritmo de elevação da taxa Selic tende a deteriorar ainda mais o poder de compra, aumentando os custos do crédito, além de ser extremamente prejudicial à decisão empresarial por novos investimentos produtivos.

Portanto, as perspectivas não são favoráveis diante dessa política monetária contracionista. O crescimento de 2021 ficará abaixo de 5%, com chances crescentes de uma estagnação em 2022. A política de renda básica de R\$ 400 proposta pelo governo é sem dúvida importante, mas não suficiente para as reais necessidades da economia brasileira.

A expansão sustentada da renda *per capita* (e do poder de compra) depende essencialmente de uma retomada dos investimentos (públicos e privados) em infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, acompanhada do resgate e do fortalecimento das potencialidades industriais. Por fim, a continuidade da recuperação do mercado de trabalho com empregos de maior qualificação para garantir um crescimento forte e sustentável.

ESTADUAL

Com base nos dados das pesquisas mensais do IBGE referentes ao terceiro trimestre, sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a atividade econômica da Bahia apresentou uma boa recuperação no terceiro trimestre, com exceção da indústria de transformação.

As pesquisas mensais do IBGE referentes ao terceiro trimestre mostraram resultados para indústria geral, comércio varejista e agropecuária. O bom desempenho dos serviços diante da redução dos casos de covid-19 e a consequente flexibilização das atividades de contato presencial, juntamente com a agropecuária, foram responsáveis pelo crescimento do PIB da Bahia no terceiro trimestre.

A indústria geral apresentou resultados negativos no terceiro trimestre e no ano na comparação com 2020, com quedas de 11,6% e 13,4%, respectivamente, registrando três trimestres consecutivos de queda. As atividades de Produtos derivados de petróleo (-27,0%) e Veículos automotores (-94,3%) foram as principais responsáveis pela retração da indústria de transformação na Bahia.

As vendas no comércio varejista recuaram 4,0% no terceiro trimestre, no ano o setor apresentou resultado positivo de 5,2%. A queda nas vendas do varejo baiano na comparação interanual pode ser atribuída em parte ao efeito estatístico, pois em igual trimestre do ano passado o setor dava sinais de uma retomada gradual nas atividades. Mas outros fatores também contribuíram para essa retração, como a elevação da inflação, que em setembro atingiu 10,25% em 12 meses, desemprego ainda elevado e o cenário de incerteza pela elevação dos juros e dos riscos de uma crise energética, afetando a confiança do consumidor.

O setor de serviços, o mais afetado pelas medidas adotadas para controlar a disseminação da covid-19, a partir de abril voltou a recuperar as perdas com a flexibilização das atividades do setor, crescendo dois trimestres consecutivos em relação a 2020, 28,5% e 24,9%, no segundo e no terceiro, respectivamente. Em relação ao trimestre anterior o setor vem crescendo também por dois trimestres seguidos.

As medidas de reabertura e flexibilização foram extremamente positivas, principalmente para as atividades de alojamento e alimentação que se encontravam fechadas e voltaram a funcionar de maneira gradual, já impactando o nível de atividade do setor, que passou o ano inteiro de 2020 no campo negativo. O desempenho da atividade de Serviços prestados às famílias, (203,1%) no terceiro trimestre, comprova o quanto o setor foi prejudicado pela pandemia no ano passado. No acumulado do ano, o setor já cresceu 12,5%.

A agricultura mais uma vez vai registrar crescimento, com novo recorde na safra de grãos, conforme o nono LSPA, relativo a setembro deste ano. Manteve estimativa da produção de cereais, oleaginosas e leguminosas na Bahia em 10,46 milhões de toneladas em 2021, o que representa aumento de 3,9% na comparação com a safra 2020 – que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa.

As exportações baianas, impulsionadas pelo avanço dos preços, tiveram o maior valor para setembro da sua série histórica ao alcançarem US\$ 1,035 bilhão, com crescimento de 63,6% ante o registrado em igual mês de 2020. As vendas externas da Bahia alcançaram no terceiro trimestre, quando comparadas a igual período de 2020, crescimento tanto nos volumes embarcados (quantum) de 21,9%, como nos valores recebidos (50,9%). Os preços

no período continuaram ditando o ritmo do desempenho ao crescerem 23,8%, superior, portanto, à variação do quantum.

O resultado das exportações, ao longo do ano, que alcançou US\$ 7,32 bilhões até setembro – alta de 31% ante igual período de 2020, foi impulsionado pela retomada da atividade econômica no mundo, sobretudo no segundo trimestre, com avanço da vacinação contra o coronavírus, o arrefecimento da pandemia e a reabertura das atividades.

As importações foram impactadas pelo efeito-preço no terceiro trimestre, quando subiram 32,7%, muito superior à variação do quantum, que foi 7,3% no período, corroborando a deterioração nos termos de troca no comércio exterior baiano, favorecidas pelos problemas de fornecimento na cadeia de suprimentos, a escassez de navios e potencializado pelo perfil da pauta de importações, compostas de produtos com maior valor agregado.

A China permanece liderando como principal mercado para as vendas externas do estado, com aproximadamente 29% de participação no ano e crescimento de 38,2%. É seguida agora pelos Estados Unidos, com 12% de participação e crescimento de 36,8%, e por Singapura, que está com 10,5% de participação e crescimento negativo de 8,3%. Assim, o setor externo da economia baiana tem sido uma das principais fontes de dinamismo para o crescimento do PIB do terceiro trimestre, gerando oportunidades de negócios para as empresas, principalmente às voltadas ao agronegócio.

Diante desses resultados positivos e pela base de comparação deprimida, o PIB do terceiro trimestre em relação a 2020 registrou crescimento de 5,1%, que não foi mais forte pelo desempenho negativo da indústria de transformação. Em relação ao segundo trimestre, o PIB cresceu 2,0%.

Na comparação com o terceiro trimestre de 2020, a agropecuária e serviços impulsionaram o resultado do PIB, com variações positivas de 3,0% e 7,4%, respectivamente, ratificando os resultados das pesquisas mensais, enquanto a Indústria recuava 1,9%, puxada pela queda da indústria de transformação, 2,2%. No setor de serviços, impulsionado pela recuperação das atividades econômicas mais afetadas pela crise da covid-19 e pela baixa base de comparação, todas as atividades, com exceção da estabilidade nas Atividades financeiras, registraram variações positivas.

No acumulado do ano, o PIB da Bahia cresceu 3,9% setorialmente, a Agropecuária variou positivamente 6,5%, a Indústria caiu 2,2% e os Serviços cresceram 5,5%. Em termos monetários, o PIB somou cerca de R\$ 260,2 bilhões, sendo R\$ 227,8 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 32,3 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Para o último trimestre de 2021, as projeções sinalizam para uma taxa mais modesta que a do terceiro trimestre, devido às incertezas causadas pela nova variante do coronavírus, ômicron, que já causa cancelamentos de festividades tradicionais do mês de dezembro, com efeitos negativos sobre a cadeia do turismo. Mesmo assim, as atividades do setor de serviços continuam abertas, garantindo uma taxa positiva no quarto trimestre. O aumento dos juros, inflação elevada, risco hídrico e o elevado desemprego foram na direção inversa para uma recuperação mais robusta da economia baiana, que deve encerrar 2021 com expansão de 3,7%.

AGROPECUÁRIA

Pedro Marques de Santana
pedromarques@sei.ba.gov.br

Cenário nacional

Agricultura

Estiagem prolongada e geadas nos estados da região Centro-Sul do País reverteram a expectativa de nova safra recorde de grãos no Brasil. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou o volume de produção de grãos em 252,7 milhões de toneladas (t) no ciclo 2020/2021, ficando 1,6% abaixo do observado na safra 2019/2020. As perdas foram provocadas pelos efeitos climáticos adversos, que atingiram principalmente as culturas de segunda safra, sobretudo a do milho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também destacou os efeitos do clima sobre os resultados da produção de grãos em 2021, destacando que a 2ª safra de milho sofreu perda de produtividade em razão do plantio tardio e da falta de chuvas durante o ciclo da cultura. Em razão disso, a instituição projeta uma safra recorde anual de 251,2 milhões de toneladas, 1,2% abaixo da produção de 2020.

Cenário Bahia

Agricultura

A Bahia representa 4,1% do volume de produção de grãos do País em 2021. O estado deve alcançar um nível recorde de produção pelo segundo ano consecutivo favorecido pelas condições climáticas e de mercado, sobretudo para o plantio e o desenvolvimento da lavoura de soja da região Oeste.

O décimo *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE)*, relativo a outubro deste ano, estimou que a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas¹ na Bahia alcançará 10,4 milhões de toneladas em 2021, o que representa crescimento de 3,5% na comparação com a safra de 2020 – que foi, até momento, o melhor resultado da série histórica do levantamento.

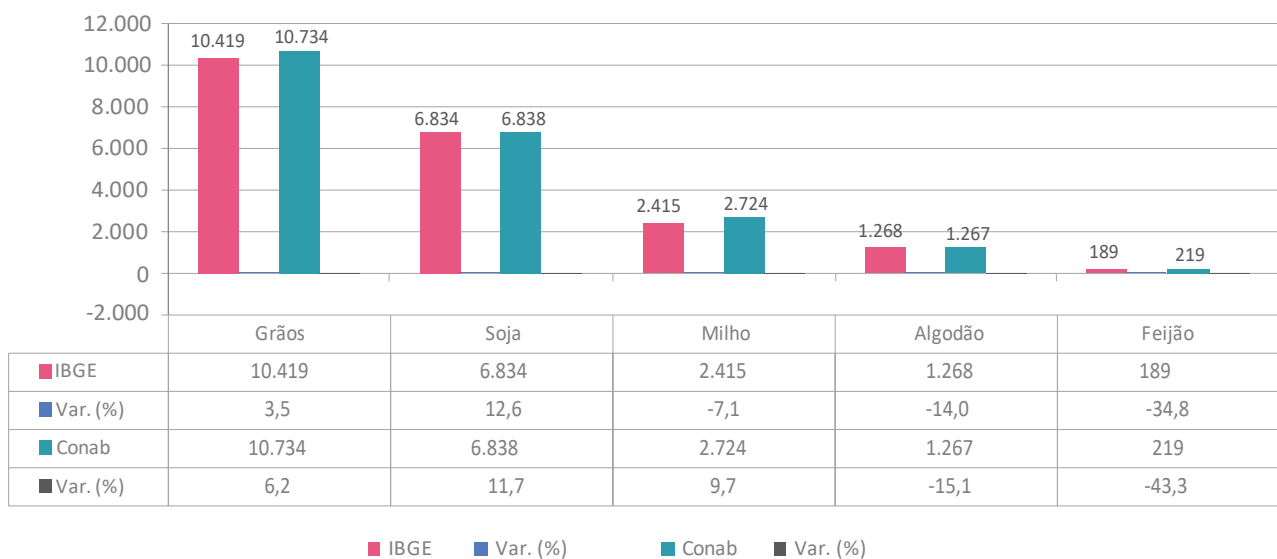
Destaque positivo para a soja, que, com a colheita concluída, alcançou sua máxima histórica. Por outro lado, as demais culturas terão níveis de produção inferiores aos de 2020 em razão de fatores climáticos (milho) assim como de mercado (algodão e feijão).

¹ Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

As áreas plantada e colhida ficaram, ambas, estimadas em 3,2 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma expansão de 2,6% na comparação anual. Dessa forma, a produtividade média estimada para a safra de grãos no estado, foi de 3,29 t/ha, o que representa alta de 2,1% na mesma base de comparação.

Na mesma perspectiva de safra recorde, a Conab² estimou que a produção baiana de grãos alcançou 10,7 milhões de toneladas na safra 2020/2021, o que representa uma alta de 6,2% em relação ao ciclo 2019/2020. A consolidação das perdas estimadas nas lavouras do algodão e do feijão não impediu que o ciclo atual tivesse o melhor desempenho da série histórica da instituição. A área plantada total ficou estimada em 3,3 milhões de hectares, resultando numa variação positiva (6,3%) na comparação com o ciclo anterior.

Gráfico 1
Estimativas comparadas da safra de grãos
Bahia – 2021/2020



Fonte: Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2021) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: valores em mil toneladas.

ALGODÃO

Os efeitos da pandemia sobre o consumo de vestuário impactaram os níveis de rentabilidade esperada do algodão para 2021, o que fez com que os produtores reduzissem a área plantada. Com isso, a produção baiana de algodão, que se destaca nacionalmente pela qualidade da

² Os dados levantados pela Conab seguem a temporalidade do calendário-safra, que vai de outubro do ano corrente a setembro do ano seguinte, diferentemente do IBGE, que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

fibra, assistiu a uma retração em volume, ainda que tenham sido mantidos bons níveis de produtividade média da lavoura.

IBGE

A produção de algodão (caroço e pluma), em 2021, ficou projetada em torno de 1,27 milhão de toneladas, o que corresponde a uma queda de 14,0% na comparação anual. A área plantada (268 mil hectares) apresentou recuo de 14,9% em relação a 2020.

Conab

A produção ficou projetada em 1,26 milhão de toneladas, recuo de 15,6% na comparação com a safra anterior. A área plantada com a fibra ficou estimada em 267 mil hectares, 15,0% inferior à do ciclo passado, o que revelou uma menor disposição dos produtores na atual temporada.

Soja

Marcada por condições de mercado vantajosas, em razão dos preços internos e externos e do câmbio em patamares atrativos - assim como da forte demanda asiática, sobretudo a chinesa, pelo produto -, a produção de soja na Bahia deve alcançar volume recorde pelo segundo ano consecutivo.

IBGE

Os produtores colheram 6,8 milhões de toneladas de soja este ano - a maior da série histórica do levantamento -, o que corresponde a uma alta de 12,6% em relação a 2020. A área plantada com a oleaginosa somou 1,7 milhão de hectares, que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura ficou em 4,0 t/ha.

Conab

A Conab também estima que a produção de soja tenha alcançado 6,8 milhões de toneladas, resultado que supera em 11,7% o da safra 2019/2020. A expansão da área plantada (5,0%) esteve associada ao bom nível de rentabilidade esperado pelos produtores.

MILHO

A situação dos preços internos favoráveis também atuou sobre a produção do milho. A distribuição espacial e temporalmente irregular das chuvas, não obstante, prejudicou o desenvolvimento da lavoura que, apesar do incremento da área plantada, registrou queda da produção.

IBGE

A expectativa para as duas safras anuais de milho totalizou 2,41 milhões de toneladas em 2021, o que corresponde ainda a uma retração de 7,1% na comparação anual. Com relação à área plantada (670 mil hectares), o IBGE indica uma expansão de 7,5% sobre a de 2020. A estimativa da 1ª safra do cereal ficou em 1,9 milhão de toneladas (5,5% superior à de 2020) e a da 2ª safra (515 mil toneladas) teve recuo interanual de 35,6%.

Conab

Com revisão dos resultados, a produção do milho registrou 2,7 milhões de toneladas em área plantada de 694 mil hectares. A inclusão de novos dados reverteu a estimativa de menor produção que a Conab havia apresentado no último levantamento do ciclo 2020/2021. Com essa atualização, a safra baiana de milho superou em 9,7% a do ciclo 2019/2020.

Feijão

A má distribuição de chuvas, associada à baixa rentabilidade, são as principais determinantes do resultado da lavoura, cuja produção é predominantemente em área não irrigada (sequeiro).

IBGE

Na atual temporada, a produção total de feijão deve somar 189,2 mil toneladas, o que implica um recuo (-34,8%) em relação a 2020. O levantamento revela uma área plantada de 417 mil hectares, 1,7% inferior ao verificado no ano passado. A 1ª safra (103 mil toneladas) teve queda de 24,2% em relação a 2020 e a 2ª safra (86,2 mil toneladas) apresentou variação negativa de 44,1% na mesma base de comparação.

Conab

Para o feijão, a Conab registrou queda (-43,3%) da produção total (219 mil toneladas) ainda mais acentuada. O recuo de área plantada (-3,9%) evidencia o desestímulo dos produtores, agravado pela má distribuição das chuvas. Com isso, a produção anual alcançou uma produtividade média de 516 kg/ha na temporada 2020/2021, 41,1% abaixo do verificado no ciclo anterior.

OUTRAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

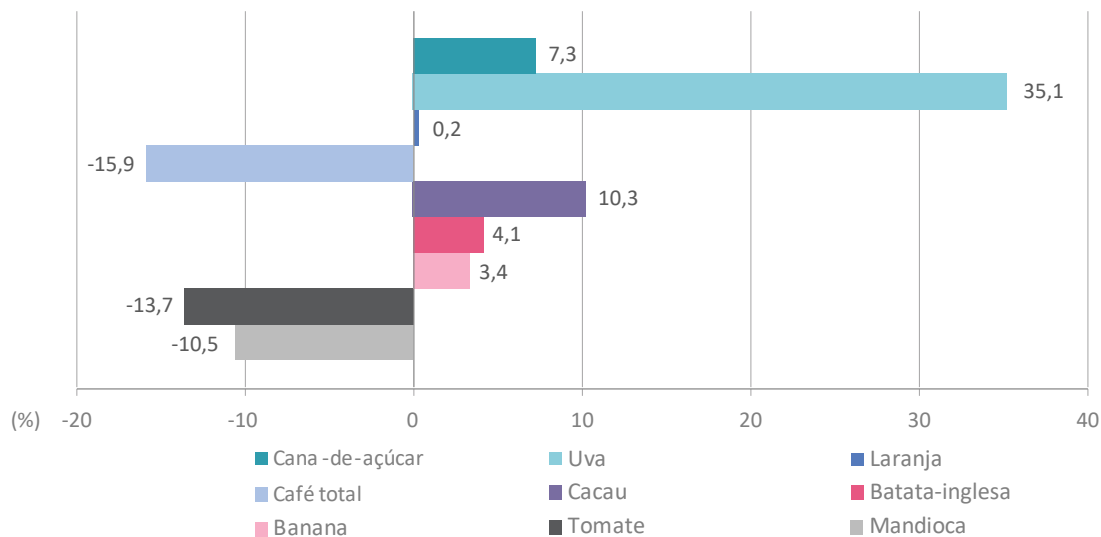
Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 5,5 milhões de toneladas, alta de 7,3% em relação à safra anterior. A estimativa da produção do cacau foi acrescida, projetada em 130,1 mil toneladas, o que representa aumento de 10,3% na comparação com 2020.

A produção estimada de café deste ano foi reduzida para 207 mil toneladas, 15,9% abaixo da produção verificada no ano passado. A safra do tipo arábica ficou projetada em 74 mil

toneladas – variação negativa anual de 23,7% –, e a da *canéfora*, em 133 mil toneladas, correspondendo a um crescimento de 6,0%, na mesma base de comparação.

Gráfico 2

Variação anual da produção de outras lavouras permanentes e temporárias Bahia – 2021/2020



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil toneladas), laranja (634,3 mil toneladas) e uva (61,2 mil toneladas) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 35,1% em relação à safra anterior.

As projeções ainda indicam uma produção de 861,5 mil toneladas de mandioca, 10,5% inferior a de 2020. A batata-inglesa teve sua produção estimada em 387 mil toneladas e o tomate teve queda nas projeções de produção (-13,7%), que ficou estimada em 208,2 mil toneladas.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Carla Janira Souza do Nascimento
carlajanira@sei.ba.gov.br

Com o avanço da vacinação e a maior circulação de pessoas, observa-se aumento natural na demanda de determinados setores da indústria. Entretanto, fatores locais corroboraram para impedir o crescimento da indústria baiana ao longo deste ano, como, por exemplo, o fechamento da indústria de automóveis instalada no estado, que além de reduzir a produção de veículos também afeta fornecedores de insumos locais.

O indicador da produção física da indústria (extrativa e de transformação) baiana, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, na série com ajuste sazonal, apresentou reversão do declínio entre o segundo trimestre e o terceiro trimestre de 2021, passando de -18,1% para 16,0%, comparados com os trimestres exatamente anteriores, conforme dados ilustrados no Gráfico 1.

Essa reversão foi alavancada especialmente pelo setor de derivados de combustíveis, que no segundo trimestre encontrava-se com as atividades parcialmente paralisadas pela parada programada para manutenção, e no terceiro trimestre a atividade foi retomada.

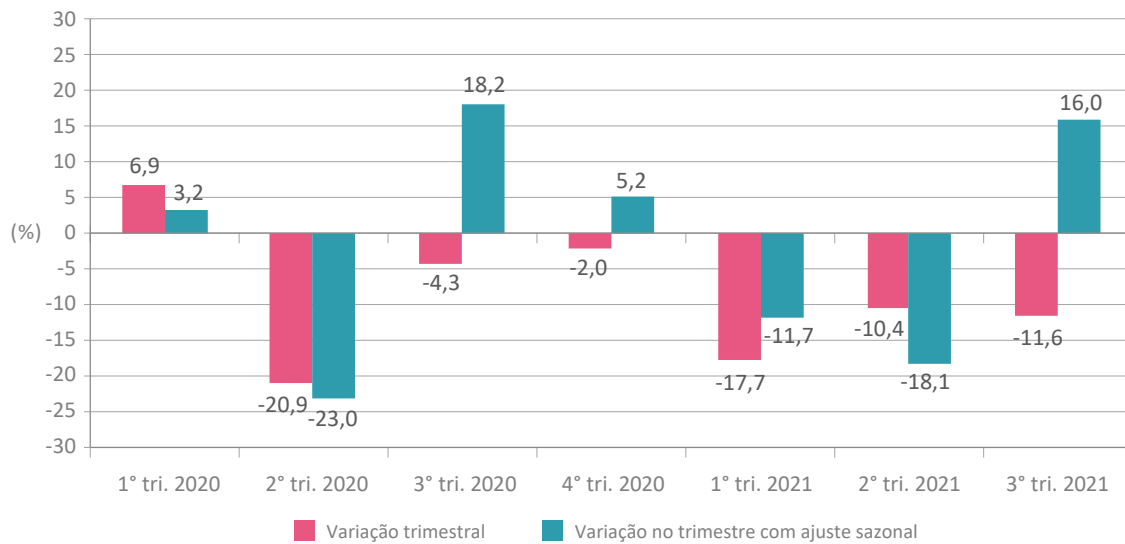
Por sua vez, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a indústria baiana registrou, no terceiro trimestre, queda de 11,6%, 7,2 pontos percentuais (p.p.) abaixo da taxa observada no terceiro trimestre de 2020, e 1,2 p.p. abaixo da taxa observada no segundo trimestre de 2021 (Gráfico 1). Para efeito de comparação, no mesmo período, a produção industrial do País caiu 1,1%, enquanto no segundo trimestre a taxa foi de 22,7%.

A intensificação na queda observada no total da produção industrial na passagem do segundo trimestre para o terceiro trimestre de 2021 foi explicada, principalmente, pelo recuo dos setores de Produtos químicos, de 30,9% para -9,0%; Bebidas, de 19,4% para -17,6%; Borracha e de material plástico, de 64,8% para -4,9%, e Minerais não metálicos, de 1,0% para -4,1% (Gráfico 2). Porém, observou-se avanço em Celulose, papel e produtos de papel, que passou de -1,9% para 12,9%, e Metalurgia, de -19,4% para 1,1%.

Ressalta-se que, no segundo trimestre, houve resultados positivos elevados, influenciados, em grande parte, pela baixa base de comparação, já que no mesmo período do ano anterior o setor industrial foi pressionado pelo aprofundamento das paralisações ocorridas em diversas plantas industriais, por conta do movimento de distanciamento social durante a pandemia de covid-19.

3 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2021_set.pdf. Acesso em: 10/11/2021

Gráfico 1
Produção física industrial
Bahia – 1º tri. 2020-3º tri. 2021



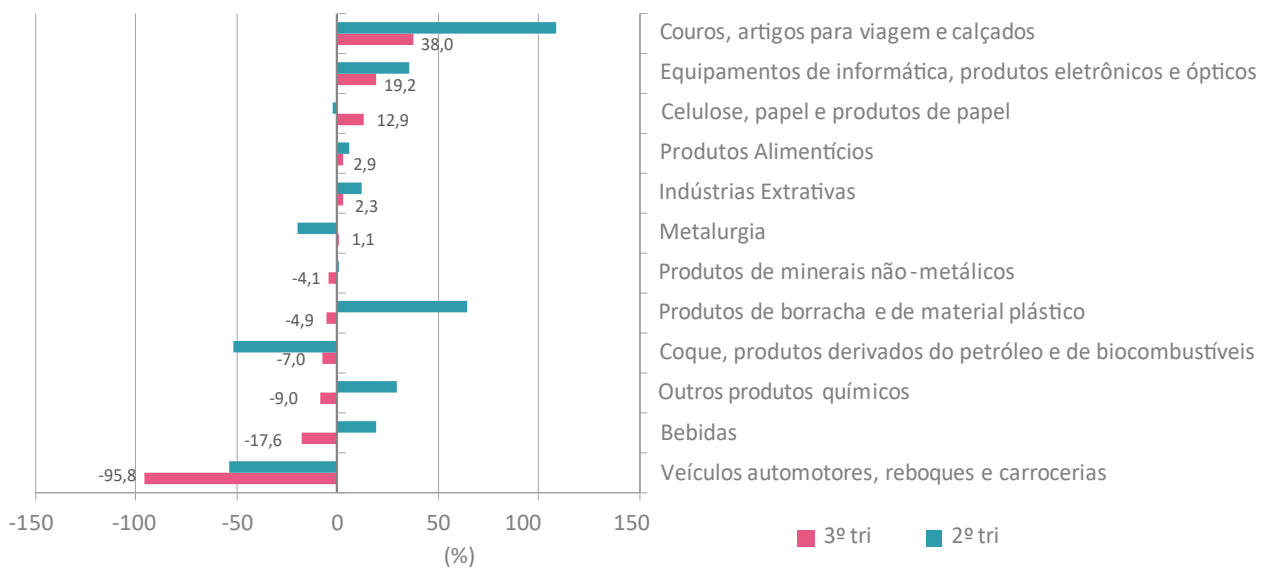
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2021).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior.

Variação no trimestre em relação ao trimestre anterior.

Gráfico 2
Variações trimestrais por setores da indústria
Bahia – 2º tri. 2021-3º tri. 2021



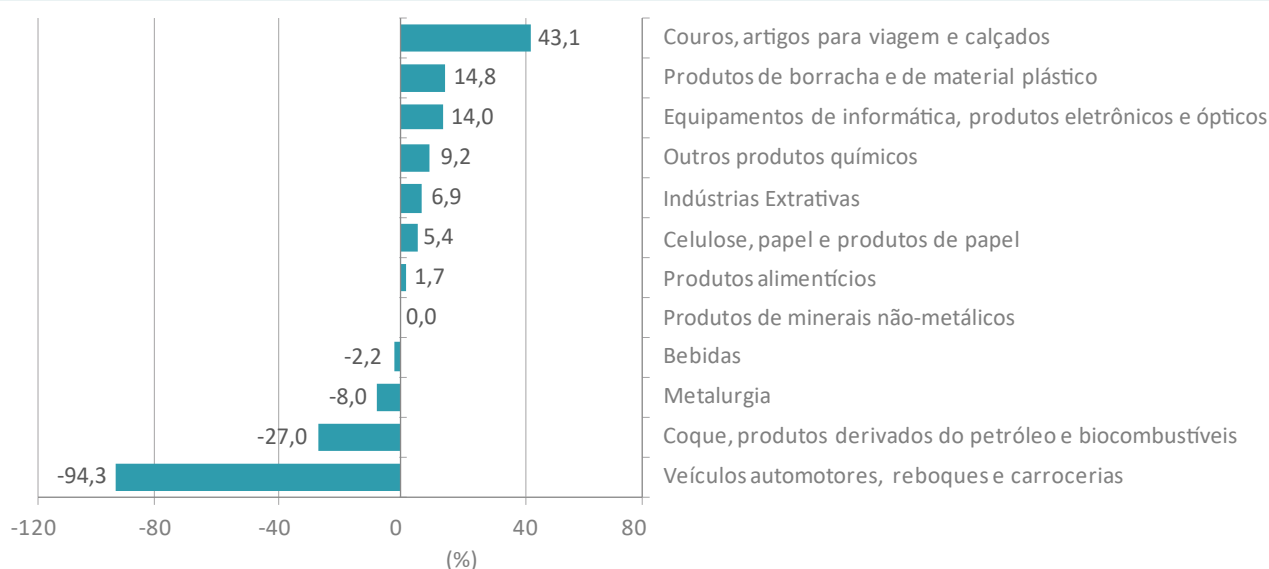
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2021).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

A análise do desempenho das atividades da indústria evidencia os elementos para o declínio no período de janeiro a setembro de 2021, após a leve retomada no quarto trimestre de 2020. Na comparação com o acumulado do ano até setembro, a maioria dos segmentos da indústria baiana registra aumento na produção, conforme dados ilustrados no Gráfico 3. Porém, aqueles que registraram recuo têm importante participação no valor da transformação industrial (41,0%)⁴, refletindo na forte queda da produção industrial no estado no período, com taxa de -15,0%.

Gráfico 3
Produção física da indústria por setores de atividade
Bahia – Jan.-set. 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2021).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram no resultado negativo da indústria baiana, tem-se, inicialmente, a indústria de Derivados de petróleo, impulsionada pela queda na produção de óleo combustível, óleo diesel e naftas para petroquímica. Segundo relatório de produção e vendas da Petrobras⁵, a principal refinaria instalada no estado teve parada programada para manutenção durante o segundo trimestre do ano, o que levou a impacto significativo na produção do setor no período. Porém, mesmo com a elevação gradual da demanda, no terceiro trimestre, devido aos elevados preços no mercado externo em relação ao preço no mercado interno, a produção do setor recuou, principalmente, em razão da queda na produção de óleo combustível.

4 Segundo dados do IBGE divulgados pela Pesquisa Industrial Anual de 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1849#resultado>. Acesso em: 16/11/2021.

5 PETROBRAS. Relatório de produção e vendas. 3º trimestre. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

O setor Veículos apresentou a segunda maior contribuição para a taxa negativa da indústria baiana no período, pois teve as atividades da unidade de produção local de automóveis encerradas em janeiro de 2021. No acumulado do ano, a produção caiu 94,3%, com queda na fabricação de automóveis e peças para veículos. Segundo a montadora, na publicação *Ford Media Center* de janeiro de 2021⁶, a decisão de encerrar a produção no estado foi motivada por processo de reestruturação global da empresa.

O setor Metalúrgico foi impactado, principalmente na produção de cobre, com redução na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre. Simultaneamente, a indústria metalúrgica baiana vem sendo afetada pelo encerramento das atividades da unidade fabril de ferroligas de manganês, localizada em Simões Filho, que ocorreu em fins de 2020, de acordo com o divulgado pela empresa Vale em novembro⁷.

A indústria de Bebidas, que teve aumento de 19,5% no segundo trimestre, comparada ao mesmo período do ano anterior apresentou declínio de 17,6% no terceiro trimestre, acumulando, nos três trimestres, queda de 2,2%, impactada pela redução na produção de refrigerantes, cervejas e chopes.

A principal contribuição positiva para o acumulado no ano veio do setor de Produtos químicos, que apresentou aumento de 9,2% no período, atribuído, principalmente, ao crescimento na produção de acrilonitrila, princípios ativos para herbicidas e etileno não saturado.

O setor de Couro e calçados foi um dos mais afetados da indústria baiana durante a pandemia, com encerramento de atividades por algumas empresas de calçados e demissão de vários funcionários. Porém, a abertura do varejo físico a partir do segundo semestre de 2020 foi fundamental para a recuperação gradual do setor. No período de janeiro a setembro de 2021, o setor manteve o crescimento observado no último trimestre de 2020, e alcançou taxa de 43,1%. O aumento no setor deu-se principalmente pelo crescimento na produção de tênis de material sintético, calçados femininos de plástico e borracha e calçados masculinos de couro.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico, com aumento de 14,8% no ano, teve o desempenho influenciado principalmente pelo aumento na produção de pneus novos para automóveis, caminhões e ônibus e borracha misturada não vulcanizada.

6 FORD MEDIA CENTER. Ford avança na reestruturação da América do Sul, encerra as operações de manufatura no Brasil e atende clientes com nova linha de produtos. Disponível em: <https://media.ford.com/content/fordmedia/fsa/br/pt/news/2021/01/11/ford-avanca-na-reestruturacao-da-america-do-sul--encerra-as-oper.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

7 VALE. Vale informa que encerrará a operação de ferroligas da Vale Manganês, em Simões Filho. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-informa-que-encerrara-a-operacao-de-ferroligas-da-vale-manganes-em-simoes-filho.aspx>. Acesso em: 19 nov. 2020.

A produção de Celulose e papel passa por uma fase de acomodação após o segmento ter sido bastante demandado na pandemia devido à ampliação na demanda por insumos utilizados na confecção de materiais descartáveis e de prevenção ao contágio da doença (como aventais, guardanapos e toalhas de mão, por exemplo). O setor obteve crescimento no quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre deste ano, com taxas de, respectivamente, 7,6% e 5,8%, porém no segundo trimestre registrou declínio de 1,9%. No terceiro trimestre, ocorre expansão de 12,9%, favorecida pelos bons preços dos produtos no mercado internacional (especialmente na Europa)⁸ e no mercado interno, principalmente no ramo de papéis, devido ao retorno mais intenso das atividades presenciais.

O setor de Produtos alimentícios registrou queda no primeiro trimestre de -4,4% e aumentos consecutivos no segundo e terceiro trimestres, de 5,4% e 2,9%, respectivamente. No ano, o acréscimo foi de 1,7%. O desempenho no período foi influenciado pela retomada da economia mundial e pelos preços favoráveis no mercado internacional. Na Bahia, houve aumento, principalmente, na produção de açúcar cristal, cacau ou chocolate em pó e carnes de bovinos congeladas.

A produção de Minerais não metálicos, acumula no ano variação nula e foi impactada pelos elevados custos dos insumos utilizados pela construção. Neste sentido observa-se a piora nas vendas de materiais de construção, que caiu 10,4% no ano até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE. Assim, houve queda, principalmente, na fabricação de cimentos Portland e argamassas.

A indústria Extrativa, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, cresceu 6,9% no período de janeiro a setembro de 2021, principalmente em decorrência do aumento na produção de magnésita, outros óxidos de magnésio e carbonato de magnésio natural; gás natural; pedras britadas e minérios de cobre em bruto ou beneficiado.

De modo geral, alguns fatores contribuem negativamente para a queda da produção industrial baiana. Neste sentido, pode-se destacar a escassez e o encarecimento dos insumos para algumas indústrias, que desencadeia atrasos em toda a cadeia produtiva; a queda da massa de salários real, impactada pela elevada taxa de desemprego, aumento da inflação e redução dos recursos do auxílio emergencial para a população de baixa renda e o aumento nas taxas de juros, que reduzem a confiança do setor.

⁸ BACHA, C.J.C. Efeitos do pós-pandemia: preços de celulose e papéis apresentam comportamentos distintos em diferentes mercados em setembro e outubro de 2021. Disponível em: http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1634993957_a0303339a6f310a806f024c3e379c9b5_1681895593.pdf. Acesso em: 16/11/2021.

Por sua vez, os aspectos positivos para a indústria baiana em 2021 estão relacionados aos segmentos direcionados à demanda externa para os países asiáticos, parte da Europa e Estados Unidos, e contribuem no sentido de impulsionar o crescimento da demanda mundial. E, também, o aumento nos preços de determinadas *commodities* (principalmente as agrícolas), que favorecem a competitividade de parte do setor produtivo local.

Comércio Varejista

Elissandra Alves de Brito
elissandra@sei.ba.gov.br

O comércio varejista registrou queda no volume de vendas no terceiro trimestre de 2021. Esse comportamento é observado quando se compara o trimestre em relação ao imediatamente anterior, bem como ao igual período do ano passado. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de vendas do comércio varejista registrou retração de 3,3% no trimestre com ajuste sazonal e 4,0% no trimestre sem ajuste (Gráfico 1). Nessas mesmas bases de comparação, o varejo nacional apresentou taxas negativas de 0,4% e de 1,2%, respectivamente.

Gráfico 1
Volume de vendas do comércio varejista
Bahia – 1º tri. 2020-3º tri. 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O comportamento negativo revela que o setor ainda não recuperou a sua trajetória pré-pandemia. Na comparação interanual, frente a igual período do ano passado, as vendas no terceiro trimestre são explicadas pelo efeito estatístico e por um cenário adverso marcado pelo comprometimento da renda orçamentária dos consumidores. Em 2020, o incentivo da liberação do auxílio emergencial e o relaxamento das medidas de isolamento social influenciaram o resultado das vendas no setor. Em 2021, a combinação de fatores como a inflação e desemprego elevados, além dos riscos de uma crise energética que, ao elevar o

custo do consumo de energia comprometem o orçamento, corroboraram a manutenção de um cenário de incertezas quanto à direção da atividade econômica no País.

Quando observamos o comportamento das vendas durante os nove primeiros meses de 2021, podemos perceber que a partir do mês de abril perderam ritmo, registrando em setembro retração de 9,3% em relação a igual mês do ano passado (Gráfico 2). Esse desempenho revela que os fatores impulsionadores do varejo no ano passado não se mantiveram com a mesma intensidade em 2021.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista(1)

Bahia – jan-set. 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaboração: SEI/CAC.

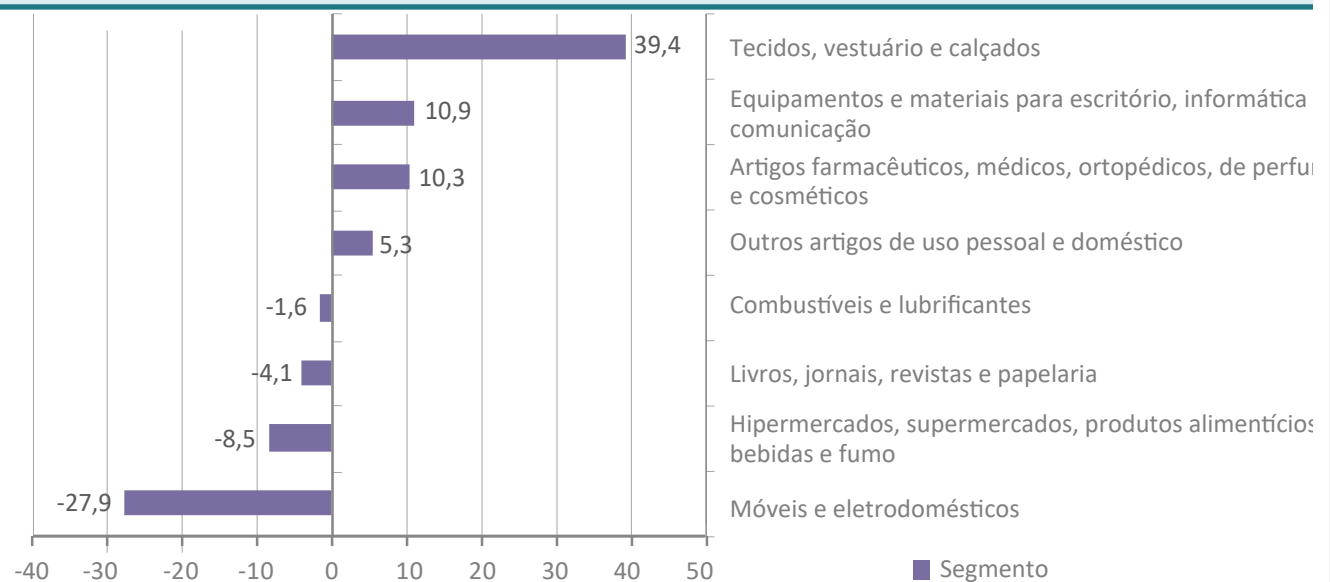
Nota: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Como resultado, na análise por atividade, verifica-se que o comportamento das vendas no trimestre foi influenciado negativamente por quatro dos segmentos que compõem o setor, sendo eles: *Combustíveis e lubrificantes* (-1,6%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-4,1%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-8,5%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-27,9%). Os resultados positivos ficaram por conta de *Tecidos, vestuário e calçados* (39,4%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (10,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,3%) e de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (5,3%) (Gráfico 3).

Gráfico 3

Volume de vendas do comércio varejista(1)

Bahia – 3º tri. 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No varejo restrito, as maiores influências negativas no trimestre vieram de *Móveis e eletrodomésticos*, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, e *Combustíveis e lubrificantes*. Apesar do avanço no processo de imunização no País encorajar as pessoas saírem às ruas, as vendas nesses segmentos se mantiveram comprometidas. Fatores como a inflação, desvalorização da moeda, que resulta no encarecimento das importações, juros elevados e a elevação dos preços dos combustíveis e energia elétrica resultaram no comprometimento orçamentário das famílias, levando-as quando possível a otimizarem os seus gastos.

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista e que comercializa bens de primeira necessidade, têm na inflação e na elevação do desemprego os seus maiores entraves para o aquecimento dos negócios na atividade. No subgrupo *hipermercados e supermercados* houve recuo nas vendas realizadas no terceiro trimestre de 9,0%.

A alta de juros e da inflação também atingiu as vendas de *Combustíveis e lubrificantes* e de *Móveis e eletrodomésticos*. Na mesma base de comparação trimestral, o subgrupo eletrodomésticos registrou retração de 27,9% e o de *Móveis*, 26,4%. A perda do poder aquisitivo dos consumidores num cenário de elevação de desemprego leva os consumidores

a mudanças de hábitos. A utilização de transportes alternativos como Uber ou até mesmo transportes públicos passou ser opção dos consumidores, assim como seletividade nos gastos com os bens que não são de primeira necessidade.

No acumulado do ano, o varejo restrito registrou crescimento nas vendas de 5,2%. Esse resultado foi influenciado pelo comportamento dos segmentos *Tecidos, vestuário e calçados* (41,4%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (24,1%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (15,1%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (10,4%), *Móveis e eletrodomésticos* (9,1%) e *Combustíveis e lubrificantes* (5,5%). Os resultados negativos ficaram por conta de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-9,0%) e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-24,5%). No que diz respeito aos subgrupos, verificam-se que as vendas de *Eletrodomésticos e Móveis* registraram crescimento de 12,3% e 3,3%, respectivamente, já *Hipermercados e supermercados* recuou 8,7% (Tabela 1).

Tabela 1

**Volume de vendas do comércio varejista – no acumulado do ano
Bahia – 2021(1)**

Atividade	(%)
Comércio Varejista	5,2
1 - Combustíveis e lubrificantes	5,5
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-9,0
2.1 - Hipermercados e supermercados	-8,7
3 - Tecidos, vestuário e calçados	41,4
4 - Móveis e eletrodomésticos	9,1
4.1 - Móveis	3,3
4.2 - Eletrodomésticos	12,3
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	15,1
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	10,4
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-24,5
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	24,1
Comércio Varejista Ampliado(2)	12,1
9 - Veículos, motos, partes e peças	48,2
10 - Material de construção	-10,4

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

A análise do comportamento do varejo nos primeiros nove meses de 2021 evidencia que o avanço do processo de imunização no País e a flexibilização das medidas restritivas impulsionaram as vendas do setor. Entretanto, fatores como inflação elevada, política monetária restritiva, maior endividamento das famílias de baixa renda, desemprego e a

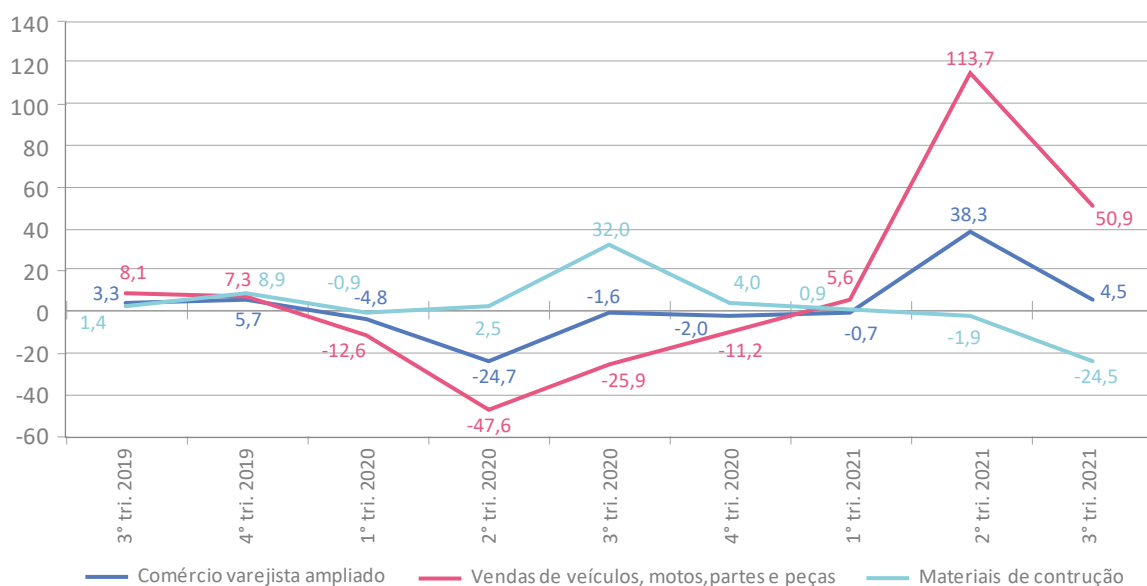
perda do poder aquisitivo dos consumidores levam ao aumento de incertezas na economia. Assim, os aquecimentos das vendas registrados nos meses de abril a junho dão lugar à perda de ritmo nos meses de julho a setembro de 2021. Lembrando que em 2020, nos meses referentes ao terceiro trimestre, o comércio retomava gradativamente as suas atividades após um período de isolamento social. Dessa forma, numa análise comparativa, o efeito estatístico que justificou o expressivo desempenho no segundo trimestre também pode ser aplicado para explicar um ritmo menor no aquecimento das vendas no terceiro trimestre.

No comércio varejista ampliado, que inclui o varejo mais as atividades de *Veículos, motos, partes e peças* e de *Material de construção*, a expansão no terceiro trimestre foi de 4,5% em relação a igual trimestre do ano anterior. Esse resultado foi influenciado pelo comportamento de *Veículos, motos, partes e peças* (50,9%) apresentado nos últimos meses. Em contrapartida, *Material de construção* retraiu as suas vendas em 24,5% (Gráfico 4). Em igual comparação, as taxas no País foram positivas em 0,9% e 12,2%, respectivamente, para os dois primeiros segmentos e negativa em 7,3% para *Material de construção*.

Gráfico 4

Volume de vendas do comércio varejista ampliado

Bahia – 3º tri. 2019-3º tri. 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação trimestral.

No acumulado do ano, as vendas no comércio varejista ampliado cresceram 12,1% em relação a igual período do ano passado. Essa taxa, apesar de positiva, representa uma perda de ritmo nas vendas mensais ocorridas a partir do mês de maio/21.

Nesse período, o comportamento de *Veículos, motos, partes e peças*, refletindo um efeito estatístico, registrou taxas mensais de crescimentos expressivos desde março/21 (45,4%), perdendo o ritmo nos últimos meses do terceiro trimestre. Fortemente influenciada pelo crédito, essa atividade teve suas vendas comprometidas por 12 meses consecutivos em razão do “oceano” de incertezas quanto ao comportamento da atividade econômica no País, provocada pela covid-19. No acumulado do ano, o seu crescimento alcançou a taxa de 48,2%.

Já *Material de construção*, apesar de também ser influenciado pela incerteza, registrando taxas negativas nos três primeiros meses de reconhecimento oficial da pandemia, nos meses subsequentes apresentou crescimentos expressivos, compensando o período em que registrou retração nas vendas. Em jun/2020, a expansão da atividade chegou a 42,1% em relação a igual mês de 2019, influenciados pela liberação do auxílio emergencial, flexibilização das medidas de isolamento social na época e uma demanda reprimida. Já em 2021, a partir de junho, as taxas registradas pela atividade são negativas em função de um efeito estatístico, mas também a perda de poder aquisitivo do consumidor, dada a elevação da taxa de juros, inflação e desemprego. Como resultado, no acumulado do ano essa atividade registrou retração de 10,4% nas vendas.

Assim sendo, as expectativas para o quarto trimestre de 2021 são de que o setor continuará com as suas vendas comprometidas. O desemprego e inflação elevados, o crescimento do endividamento verificado nos últimos meses bem como a incerteza quanto ao desempenho da atividade econômica no País têm influenciado a decisão dos consumidores. O comprometimento do poder aquisitivo, atrelado à dúvida quanto ao ritmo de crescimento econômico nos próximos meses, os leva a se manterem cautelosos em relação à realização de novos gastos. De acordo com os dados divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), recuou 6,5 pontos em setembro, passando para 75,3 pontos, menor patamar desde abril de 2021 (72,1 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice caiu 1,9 ponto, para 79,8 pontos.

Serviços

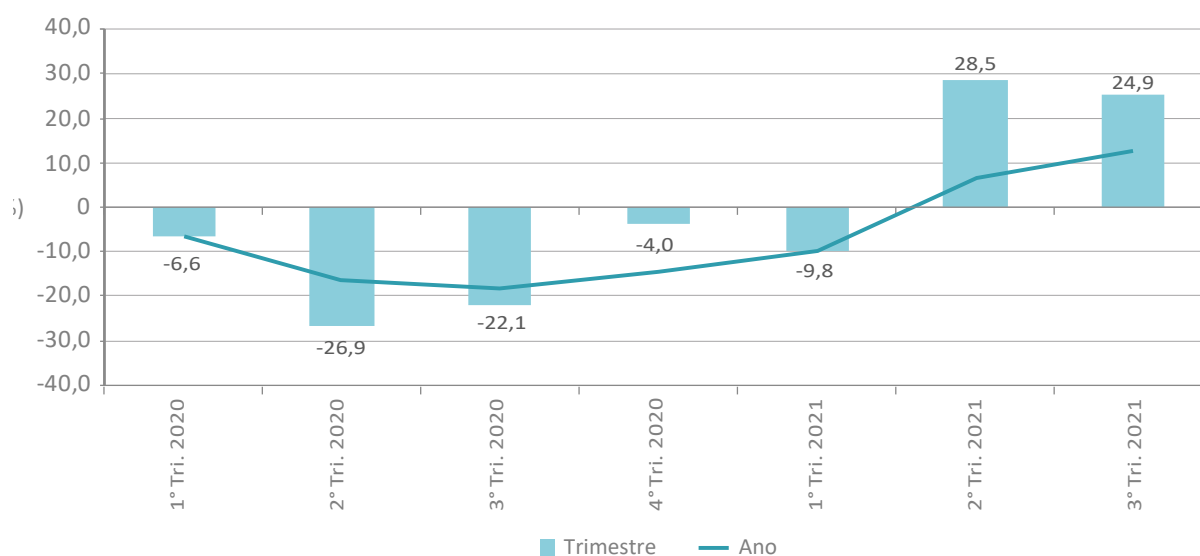
Rosângela Conceição
rosangela@sei.ba.gov.br

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume de serviços na Bahia, quando comparado com o 3º trimestre do ano anterior, marcou crescimento de 24,9%, mantendo a aceleração iniciada no 2º trimestre de 2021 (28,5%). Essa é a segunda taxa positiva para esse tipo de comparação e a segunda variação positiva mais expressiva de toda a série histórica, iniciada em janeiro de 2011. Essa variação também contribuiu positivamente no resultado nacional, que expandiu 15,2% (Gráfico 1).

Gráfico 1

Volume de serviços(1)(2)

Bahia – 1º tri.-4º tri. 2020/1º tri - 3º tri. 2021



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque para as atividades de Serviços prestados às famílias (203,1%), que apontaram a variação positiva mais expressiva, seguida pela atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (25,6%); depois, Serviços profissionais, administrativos e complementares (11,0%) e Serviços de informação e comunicação (4,1%). Apenas Outros serviços (-8,4%) retraíram.

Na comparação nacional é importante destacar que 26 das 27 unidades contribuíram positivamente para o índice nacional (15,2%) no acumulado do 3º trimestre. Por ordem de variação mais expressiva, a principal veio de Alagoas (38,4%), seguida por Roraima (26,0%), depois, Bahia (24,9%), Acre (24,1%) e Sergipe (22,4%). Nessa comparação a Bahia apontou a terceira variação positiva mais significativa, ficando entre Roraima e Acre.

Nessa análise, a receita nominal de serviços na Bahia expandiu 31,4% no acumulado do terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Quatro das cinco atividades puxaram a receita de serviços para cima, com destaque para as atividades de Serviços prestados às famílias (186,7%), que apontaram a variação positiva mais expressiva, seguida pela atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (34,4%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (17,3%) e Serviços de informação e comunicação (6,5%). Apenas Outros serviços (-4,8%) retraíram.

O volume de serviços na Bahia, no acumulado entre janeiro e setembro de 2021, avançou 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, invertendo a tendência de retração iniciada em 2015. Esse resultado é a maior variação já registrada em toda série histórica iniciada 2011 para esse tipo de comparação e contribuiu positivamente no índice nacional, que cresceu 11,4% na mesma análise. Seguindo a mesma análise, todas as atividades puxaram o volume de serviços da Bahia para cima, com destaque, em termos de variações mais expressivas, para as atividades de Serviços prestados às famílias (48,4%), que apontou a mais importante variação positiva. Essa atividade também apresentou resultado superior àquele observado no mesmo período do ano anterior (-46,0%), seguida por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (17,2%), que também registrou variação positiva relevante, a primeira variação positiva depois de uma sequência de duas taxas negativas. A atividade de Serviços profissionais, administrativos e complementares ampliou 4,4%, a de Outros serviços avançou 3,9% e Serviços de informação e comunicação contabilizou estabilidade relativa (0,4%).

Nessa análise, a receita nominal baiana seguiu o mesmo comportamento do volume e expandiu 14,9%, com destaque para as atividades de Serviços prestados às famílias (45,3%), seguida por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (18,6%), depois, Serviços profissionais, administrativos e complementares (8,4%), Outros serviços (6,9%) e Serviços de informação e comunicação (2,7%).

Quanto aos resultados registrados no volume de serviços por unidade da Federação, no acumulado dos nove primeiros meses de 2021, na comparação com igual período de 2020, todas as unidades contribuíram positivamente no resultado nacional (11,4%). As

variações mais importantes em termos regionais ocorreram em Roraima (22,0%), seguida por Acre (19,4%), Alagoas (18,9%) e Tocantins (18,4%). Nessa comparação, a Bahia (12,5%) contabilizou a décima segunda variação positiva entre as unidades da Federação e a maior alta da série histórica.

Os resultados registrados na receita nominal de serviços por unidades da Federação, no acumulado dos nove primeiros meses de 2021, na comparação com igual período de 2020, mostram que todas as unidades contribuíram positivamente no resultado nacional, que cresceu 13,8%. As variações mais expressivas, em termos regionais, ocorreram em Roraima (23,8%), Acre (21,2%), Tocantins (20,5%) e Santa Catarina (19,4%). Nessa comparação, a Bahia (14,9 %) contabilizou a décima primeira variação positiva entre as unidades da Federação e a maior alta da série histórica.

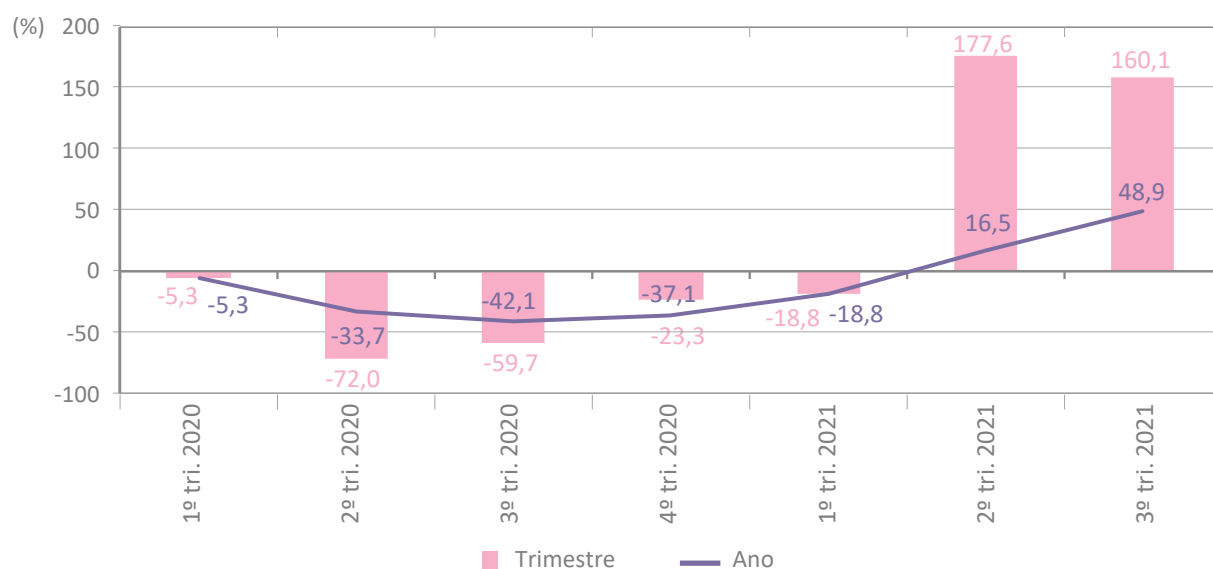
É importante destacar que o setor de serviços foi impactado pelas medidas de contenção à covid-19 na Bahia, tais como: a restrição de locomoção noturna; suspensão do funcionamento de academias; proibição da prática de esporte amador assim como os eventos e atividades, shows e festas, independentemente do número de participantes, e, nos municípios integrantes de Regiões de Saúde em que a taxa de ocupação de leitos de UTI de covid-19 se mantinha superior a 50% por cinco dias consecutivos, os eventos e atividades deveriam acontecer com público de até 100 pessoas. Mas, ainda assim, os resultados apresentados pela Pesquisa de Serviços do IBGE foram de expansão. É importante lembrar que todas as atividades, tanto no volume quanto na receita nominal, marcaram retração no ano de 2020 devido à pandemia, com isso deve-se levar em consideração o efeito base nos resultados de 2021. Ao observar os resultados apresentados pelo Indicador de Confiança do Empresariado Baiano da SEI e a Sondagem Empresarial da Fundação Getulio Vargas (FGV), a expectativa é de recuperação para o setor nos meses subsequentes, pois a maioria das atividades econômicas já retornou à normalidade.

TURISMO

Rosângela Conceição
rosangela@sei.ba.gov.br

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume das atividades turísticas⁹ na Bahia, quando comparado com o 3º trimestre do ano anterior, marcou expansão de 160,1%, mantendo a aceleração iniciada no 2º trimestre de 2021 (177,6%). Essa é a segunda taxa positiva para esse tipo de comparação e a segunda variação positiva mais expressiva de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2011. Cabe ressaltar que, apesar do efeito base, em que contabilizou a variação negativa mais significativa no ano passado (-59,7%), a taxa deste trimestre é superior em 100,4 p.p. Essa variação também contribuiu favoravelmente no resultado nacional, que expandiu 55,6% (Gráfico 1).

Gráfico 1
Volume das atividades turísticas (1)(2)
Bahia – 1º tri.-4º tri. 2020/1º tri.-3º tri. 2021



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁹ Agregado especial que abrange as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros, em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros).

Na comparação nacional, todas as unidades investigadas avançaram, com destaque para Bahia (160,1%), seguida por Pernambuco (114,0%) e Rio Grande do Sul (99,2%). Nessa análise, a Bahia apontou a primeira variação positiva mais importante entre as unidades da Federação. Em relação à receita nominal, todas as 12 unidades marcaram o mesmo ritmo de crescimento, com destaque para a Bahia, que marcou a primeira variação positiva mais expressiva (171,0%).

O índice foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na receita de empresas que atuam nos ramos de transporte aéreo, restaurantes, hotéis, rodoviário coletivo de passageiros, locação de automóveis e serviços de bufê. Esse resultado se deve, em parte, à maior alta registrada no mesmo período do ano passado e à flexibilização das atividades relacionadas ao setor, que ocorreu no terceiro trimestre de 2021, tais como: funcionamento de hotéis, pousadas e demais estabelecimentos de alojamento, templos religiosos e igrejas, clubes sociais, recreativos e esportivos, contribuindo para atração e movimentação de turistas no estado.

O agregado especial de atividades turísticas na Bahia, no acumulado entre janeiro e setembro de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, expandiu 48,9%, após registrar queda de 42,1% em 2020 na mesma base de comparação. Esse resultado é a maior variação já registrada em toda série histórica iniciada 2011, para esse tipo de comparação e contribuiu positivamente no índice nacional, que avançou 19,9% na mesma análise.

Quanto aos resultados registrados no volume por unidades da Federação, no acumulado dos nove primeiros meses de 2021, na comparação com igual período de 2020, todas as 12 unidades investigadas contribuíram positivamente no resultado nacional (19,9%). As variações mais relevantes em termos regionais ocorreram na Bahia (48,9%), seguidas por Pernambuco (45,6%), Goiás (42,3%) e Rio Grande do Sul (36,0%). Nessa comparação, a Bahia contabilizou a primeira variação positiva mais expressiva entre as unidades da Federação.

Adotando o mesmo comportamento, a receita nominal das atividades turísticas na Bahia, no acumulado do ano entre janeiro e setembro, em relação ao mesmo período do ano anterior, ampliou 42,0%. Esse resultado contribuiu positivamente no resultado nacional, que expandiu 19,8% na mesma análise. As variações mais expressivas em termos regionais ocorreram em Goiás (46,0%), seguido por Pernambuco (43,5%). Nessa comparação, a Bahia apontou a terceira variação positiva mais significativa, ficando entre Pernambuco (43,5%) e Espírito Santo (32,1%).

Seguindo a mesma tendência das atividades turísticas, e na perspectiva da retomada do setor, a Bahia é o sexto estado no ranking nacional na adesão ao Selo Turismo Responsável. Hoje,

já são mais de 30 mil Selos Turismo Responsável, Limpo e Seguro emitidos em todo o País. A chancela é conferida a locais que se comprometem a cumprir protocolos de prevenção à covid-19 e, dessa forma, oferecem mais segurança a turistas e trabalhadores do setor. A iniciativa foi lançada em 2020, colocando o Brasil entre os 10 primeiros países do mundo a implementar protocolos sanitários para o turismo, conforme dados do Ministério do Turismo (MTur).

Os segmentos com maior número de adesão ao selo até agora são: agências de turismo (8.882), meios de hospedagem (6.410), guias de turismo (4.336), transportadoras turísticas (3.674) e restaurantes, cafeterias, bares e similares (2.605). Já os estados que registraram a maior adesão à iniciativa são: São Paulo (5.823), Rio de Janeiro (3.963), Rio Grande do Sul (2.431), Minas Gerais (2.412), Alagoas (1.885) e Bahia (1.798). O selo está disponível para 15 atividades turísticas, como meios de hospedagem, parques temáticos, restaurantes, cafeterias, bares, centros de convenções, feiras, exposições, guias de turismo, entre outros. Cada segmento possui um protocolo sanitário específico, elaborado em parceria com empresas e instituições ligadas ao setor, a partir de diretrizes internacionais.

COMÉRCIO EXTERIOR

Arthur Souza Cruz Junior
arthurcruz@sei.ba.gov.br

Thiago Lima Bartolomeu
thiagobartolomeu@sei.ba.gov.br

Marcus Vinícius Souza P. dos Santos
marcussantos@sei.ba.gov.br

Direta ou indiretamente, a covid-19 continua sendo o maior risco para a continuidade da recuperação global. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), as perspectivas são boas, com crescimento global de 5,9% este ano e 4,9% em 2022, mas o balanço de riscos está mais para “desapontador” do que para “surpresas positivas” do lado da expansão, que é vista como “um longo e tortuoso caminho para a recuperação”.

O risco de surgimento de novas variantes mais contagiosas da covid-19 continua alto porque, ainda que as nações desenvolvidas e algumas emergentes tenham conseguido sucesso na vacinação em massa, a maioria dos demais países segue sem imunizar parcelas substanciais da população. Mais da metade do mundo, 35% da população global, não está a caminho dos 40% da vacinação ao fim de 2021.

Outra ameaça vem da crise na cadeia de suprimentos, que ameaça a economia mundial e corre o risco de durar pelo menos mais um ano, a não ser que os governos interfiram para ajudar a atenuar o desabastecimento. As drásticas mudanças na demanda do consumidor durante a pandemia, a desestabilização do transporte marítimo global e um setor aéreo combalido criaram a crise mais grave de vários anos das cadeias de suprimentos mundiais.

Com esse cenário, as perspectivas para a economia mundial estão, portanto, mais sombrias, com uma série de dados nos Estados Unidos, Europa e na Ásia sugerindo que o crescimento foi mais fraco no terceiro trimestre, afetado pelos problemas citados, a começar pela disrupção nas cadeias de suprimentos globais; forte aceleração da inflação e, impacto da variante delta da covid-19.

A economia dos Estados Unidos cresceu 2% no terceiro trimestre puxado pela desaceleração dos gastos do consumidor e pelo ressurgimento de casos de covid-19, que resultou em novas restrições e adiamentos na reabertura de estabelecimentos em algumas partes do País. A China também desacelerou – crescimento de 4,9% no terceiro trimestre, atingida por surtos de covid-19 e falta generalizada de energia, assim como pelo esfriamento do mercado imobiliário. Somente a União Europeia teve alguma aceleração, ou estabilidade, ao crescer 2,2% frente ao segundo trimestre, quando a expansão foi de (2,1%).

Ainda assim, a retomada do comércio mundial deverá superar as expectativas, mesmo em meio às tensões, aponta a Organização Mundial do Comércio (OMC). O maior risco - que continua a pesar sobre a produção global e o comércio exterior, com já dito, é de uma ressurgência da pandemia de covid-19.

A retomada das exportações e importações, assim como ocorre com o avanço da vacinação, acontecem em meio a assimetrias regionais. No Oriente Médio, América do Sul e África a recuperação das exportações é mais fraca. No caso da América do Sul, a expectativa é de crescimento de 7,2% neste ano, diminuindo para uma previsão de expansão de 2% para o próximo ano.

Ainda assim, a entidade previu em outubro um crescimento de 10,8% do comércio mundial de mercadorias em volume, em vez dos 8% estimados em março. Para 2022, a expectativa é de moderação da expansão para 4,7% (de uma estimativa anterior de 4%), na medida em que o comércio de bens retorna à tendência de longo prazo pré-pandemia.

O comércio de serviços deverá ficar ainda atrás da expansão das trocas de mercadorias, sobretudo nos setores ligados a viagem e entretenimento.

A OMC aponta problemas do lado da oferta, como a escassez de semicondutores e o atraso acumulado nos portos, que pode ter efeito negativo nas exportações e importações de certos setores, mas sem incidência maior sobre os resultados globais.

Quanto à inflação, se os choques que atingiram alguns setores continuarem, os bancos centrais poderão reagir aumentando os juros mais cedo do que o previsto, o que poderá gerar repercussões negativas sobre o comércio internacional.

Portanto, os maiores riscos à recuperação continuam a vir da pandemia de covid-19, ainda mais se variantes mais mortais surgirem nos próximos meses. A variante delta, particularmente contagiosa, já levou governos a retomar algumas medidas de confinamento. A crise na cadeia de suprimentos também é uma ameaça, visto que pode se estender por mais um ano.

As exportações baianas, guiadas sobretudo pelo avanço dos preços, tiveram o maior valor para setembro da sua série histórica, ao alcançarem US\$ 1,035 bilhão, com crescimento de 63,6% ante o registrado em igual mês de 2020. O resultado ao longo do ano, que alcançou US\$ 7,32 bilhões até setembro – alta de 31% diante de igual período de 2020 - foi impulsionado pela retomada da atividade econômica no mundo, sobretudo no segundo trimestre dado o avanço da vacinação contra o coronavírus e ao arrefecimento da pandemia. O desempenho positivo foi puxado pelos preços, que tiveram alta média de 34% frente ao mesmo período do ano

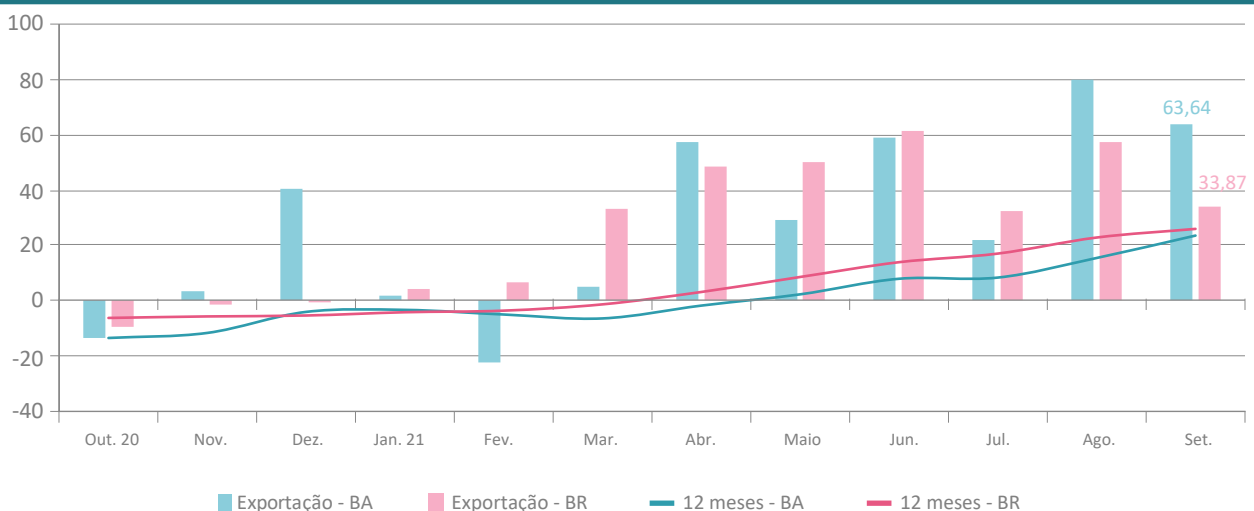
passado, contra uma queda de 0,03% no volume embarcado, reflexo do crescente aumento de riscos que ameaçam desacelerar a recuperação global.

As vendas externas da Bahia tiveram no terceiro trimestre, quando comparadas a igual período de 2020, crescimento tanto nos volumes embarcados (*quantum*) de 21,91%, como nos valores auferidos (50,88%). Os preços no período continuaram ditando o ritmo do desempenho ao crescerem 23,8%, superior, portanto, à variação do *quantum* (volume embarcado).

O efeito preço puxa as exportações desde o início do ano, enquanto que nas importações esse fenômeno é mais contundente no terceiro trimestre. Enfatizando, enquanto o índice de preços médios de exportação impulsiona o crescimento das vendas, o de importações passou a ditar seu incremento no terceiro trimestre, quando subiu 32,7%, muito superior à variação do *quantum*, que foi 7,3% no período. Isso corrobora a deterioração nos termos de troca no comércio exterior baiano, favorecidas pelos problemas já mencionados de fornecimento na cadeia de suprimentos, a escassez de navios e potencializado pelo perfil da pauta de importações compostas de produtos com maior valor agregado.

Gráfico 1

Variação do Crescimento do Comércio Exterior – Exportações Bahia/Brasil – 2020/2021



Fonte: Secex/MDIC.

Elaboração: SEI.

Dados coletados em 16/11/2021.

Por setor de atividade, a indústria de transformação apresentou até setembro crescimento de 13,6%, puxado pela petroquímica, que teve incremento nas vendas de 56,5%, seguido pelo setor metalúrgico, com alta de 31,4%, todos em relação ao mesmo mês de 2020.

As exportações na agropecuária cresceram 53% lideradas pela soja em grão, com incremento de 60,2%, do algodão, com aumento de 42,3%, e do café e especiarias, com incremento de 46%. A agroindústria por sua vez, teve aumento de 36,3% na mesma base de comparação.

No atual momento, existe ao menos um “mini ciclo das *commodities*” de dois anos na área agrícola, que poderá se estender em caso de frustrações de safra. Há uma mudança de degrau das cotações - que não vão ficar no nível atual para sempre-, inclusive já apresentam algum recuo, mas dificilmente retornarão aos patamares de anos atrás num curto prazo. Com isso, para os grãos, mesmo com o aumento de custos para safra 2021/22, deveremos ter área plantada maior, preços remuneradores e com margem positiva não só para 2021 como também para 2022. Muito provavelmente a lucratividade para o exportador será menor do que em 2021, mas, mesmo assim, positiva.

A indústria de transformação, apesar da pouca valorização, melhorou no terceiro trimestre devido ao aumento dos preços das *commodities*, principalmente as de origem mineral (petróleo, cobre, níquel).

Desde abril as vendas do setor têm tido ritmo constante de expansão, o que é notável devido aos muitos empecilhos ainda no caminho das vendas da indústria, como disparada dos fretes, dificuldade de conseguir despachar produtos em contêineres e escassez de insumos, que ainda persiste em alguns segmentos. O câmbio desvalorizado também tem ajudado.

Tabela 1
Exportações baianas – principais segmentos
Jan. - set. 2020/2021

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)			Part. %	Var. % Preço médio
	2020	2021	Var. %		
Soja e Derivados	1.207.117	1.933.756	60,20	26,42	38,36
Químicos e Petroquímicos	583.421	912.945	56,48	12,47	55,99
Petróleo e Derivados	902.894	916.829	1,54	12,53	66,70
Papel e Celulose	728.707	736.229	-8,01	10,06	-0,01
Metalúrgicos	376.850	495.196	31,40	6,77	74,82
Minerais	181.687	484.576	166,71	6,62	14,90
Algodão e Seus Subprodutos	283.375	403.307	42,32	5,51	10,02
Metais Preciosos	361.903	395.579	9,31	5,41	-54,46
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	250.723	214.288	-14,53	2,93	1,61
Cacau e Derivados	143.570	166.461	15,94	2,27	1,40
Demais Segmentos	569.724	659.255	15,71	9,01	86,29
Total	5.589.971	7.318.421	30,92	100,00	34,00

Fonte: ME/SECINT/SECEX/SITEC, <http://comexstat.mdic.gov.br>
Elaboração: SEI.
Dados coletados em 12/11/2021.

Uma mostra disso são as vendas para a Argentina, que vinham muito mal, mesmo antes da pandemia e que até setembro registram recuperação, tanto no ano (29,4%) quanto no terceiro trimestre (27,3%). O ritmo diminuiu em setembro, com crescimento de apenas 2,5%, depois de seis meses seguidos de forte alta. A inflexão se deve à falta de componentes decorrente dos gargalos nas cadeias de produção, que vem prejudicando, sobretudo, o setor manufatureiro, e a escassez de dólares na Argentina, que tem minado as importações de empresas.

A China permanece liderando como principal mercado para as vendas externas do estado, com aproximadamente 29% de participação no ano e crescimento de 38,2%. É seguida agora pelos Estados Unidos, com 12% de participação e crescimento de 36,8%, e por Singapura, que está com 10,5% de participação e crescimento negativo de 8,3%.

Assim, o setor externo da economia baiana tem sido uma das principais fontes de dinamismo para o crescimento recente da atividade econômica no estado, criando oportunidades de negócios para as empresas, com efeitos domésticos positivos na geração de riqueza e renda.

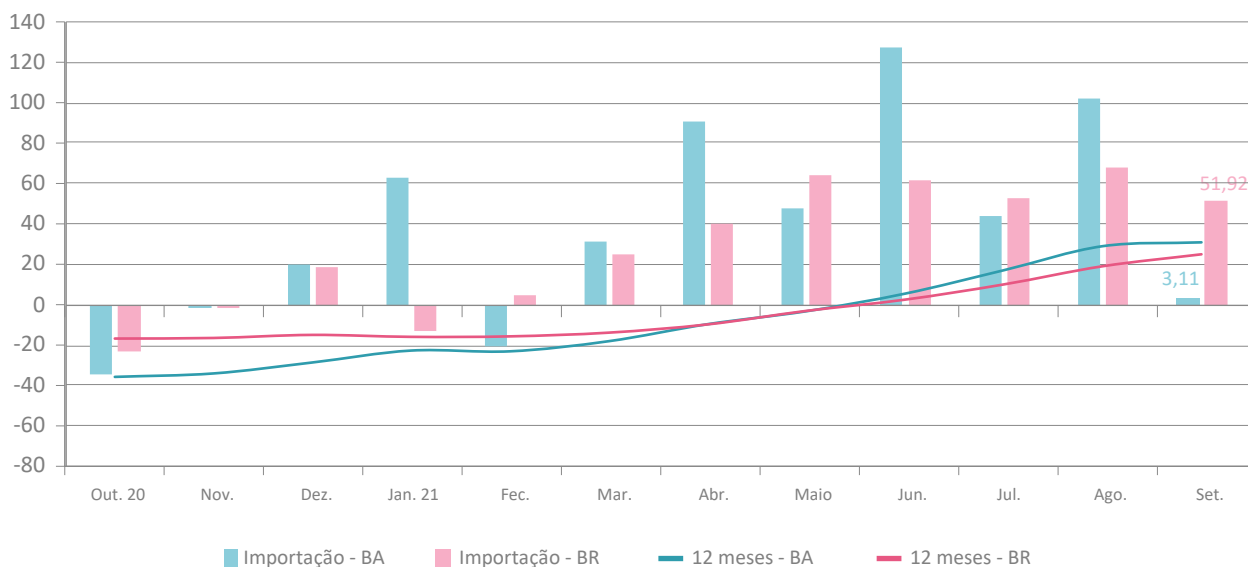
IMPORTAÇÕES

As importações continuaram recuperando o terreno perdido em 2020, fortalecidas pela retomada da atividade econômica. As compras externas somaram US\$ 5,34 bilhões até setembro, com aumento de 49,5% em relação ao mesmo mês do ano passado. As compras externas desaceleraram no terceiro trimestre em relação ao segundo (queda de 29,2%), resultado das elevadas incertezas fiscais e políticas, do agravamento da crise hídrica e de uma inflação persistente e disseminada, que requer juros cada vez mais altos. Nos últimos meses, o quadro internacional adverso se somou a um ambiente interno difícil, reduzindo as expectativas de crescimento para a economia brasileira em 2022.

Esse cenário já provoca reflexos no comércio exterior por causa da desaceleração global, da piora dos termos de troca (a relação entre os preços de exportação e de importação) e do aperto das condições financeiras. A tendência é de que haja impactos relevantes sobre a taxa de câmbio, que ronda os R\$ 5,50 e já representa uma correção parcial dos preços ao panorama externo mais difícil, num ambiente de maior dificuldade para o crescimento das importações.

Até setembro, as compras externas foram puxadas pelos combustíveis – aumento de 117,6%, sobretudo pelas compras nafta, gás natural liquefeito (GNL) e óleo diesel, que cresceram substancialmente, tanto pelo aumento do preço no mercado internacional como pela ocorrência de parada para manutenção e interrupções no segmento de refino capitaneado pela Refinaria Landulpho Alves (RLAM), agora privatizada.

Gráfico 2

Variação do Crescimento do Comércio Exterior – Importações
Bahia/Brasil – 2020/2021

Fonte: Secex/MDIC.

Elaboração: SEI.

Dados coletados em 14/08/2021.

Dentre os bens intermediários, que cresceram 43% no acumulado até setembro, destacam-se os fertilizantes, minério de cobre, óleos de palmiste, grafita e borracha. No cômputo geral, houve aumento de 43,5% no volume desembarcado e alta de 49,6% nos valores, o que já revela aumento do nível dos preços (4,3%) no período, em comparação aos preços praticados em igual período de 2020.

Por conta do bom desempenho, sobretudo no segundo trimestre, o volume desembarcado está 43,5% acima de 2020, ano marcado pelo menor volume de compras do estado desde 2009. Apesar do efeito da base baixa de comparação, a maior demanda por bens importados acontece via recomposição de estoques pela indústria, em um ambiente de escassez interna de suprimentos e de reação ainda moderada na atividade econômica.

Mesmo com um cenário interno adverso, qualquer aumento das compras externas a partir de agora está ligado à tênue retomada da atividade econômica e também do crescimento dos preços de insumos.

Tabela 2
Importações baianas por categoria de uso
Jan. - set. 2020/2021

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2020	2021	Var. %	Part. %
Bens intermediários	2.040.960	2.919.656	43,05	54,63
Combustíveis e lubrificantes	867.867	1.888.845	117,64	35,34
Bens de capital	511.491	365.925	-28,46	6,85
Bens de consumo duráveis	77.286	89.436	15,72	1,67
Bens de consumo não duráveis	72.805	80.446	10,50	1,51
Bens não especificados anteriormente	3.076	4	-99,86	0,00
Total	3.573.485	5.344.312	49,55	100,00

Fonte: ME/SECINT/SECEX/SITEC, <http://comexstat.mdic.gov.br>.

Elaboração: SEI.

Dados coletados em 05/10/2021.

Nota: importações efetivas, dados preliminares.

A corrente de comércio do estado, que demonstra o grau de integração da economia ao fluxo internacional, avançou 37,2% até setembro, totalizando US\$ 12,57 bilhões. Esse indicador é considerado importante porque mede o dinamismo do comércio exterior do estado, bem como sua contribuição para o ritmo da atividade econômica. Já o saldo comercial do estado no período chegou a US\$ 1,89 bilhão, número 6,5% inferior a igual período de 2020, resultado do avanço, até então, proporcionalmente maior das importações.

Finanças PÚBLICAS

João Gabriel Vieira
joaovieira@sei.ba.gov.br

Poliana Peixinho
poliana@sei.ba.gov.br

Marília Jane Campos
mariliajane@sei.ba.gov.br

O Fundo Monetário Internacional, no seu boletim fiscal publicado em outubro de 2021, destaca que enquanto o mundo se esforça para que a covid-19 se mantenha sob controle, a política fiscal continua a ser a chave para lidar com os impactos da pandemia ainda em evolução, que persiste em ser marcada pela incerteza e acesso desigual de vacinas em todos os países. Embora a variante delta tenha sido associada ao ressurgimento do vírus, o apoio fiscal, especialmente nas economias avançadas, tem feito com que a vacinação salve inúmeras vidas e facilite a recuperação econômica. A interação entre vacinas e o vírus e as suas variantes estão entre os fatores que contribuem para aumentar a incerteza daqui para frente. Portanto, a política fiscal precisa se adaptar às diferentes condições que o ambiente global oferecerá nos próximos meses.

No Brasil, o avanço da vacinação continua sendo uma pauta urgente, tendo em vista as repercussões que as medidas sanitárias têm sobre a economia. Embora a pauta do Congresso Nacional tenha convergido para assuntos de natureza fiscal, como a questão dos precatórios e o teto de gastos, resta claro que o desinteresse pela coordenação de ações que estimulem a vacinação pode se tornar um óbice para a volta completa das atividades econômicas. No que se refere ao desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), a expectativa é de que aconteça um crescimento superior 4,8% (anual), o que sinaliza o fortalecimento do processo de retomada da economia. No entanto, os indicadores de emprego e inflação continuam elevados, o que mostra que qualitativamente esse crescimento tem repercussões limitadas. A arrecadação, seguindo o ritmo de crescimento da economia, tem apresentado um bom desempenho, o que tem possibilitado a presença de superávit do governo central no acumulado de 12 meses.

No estado da Bahia, as repercussões dos eventos nacionais também se fazem sentir. Na dimensão do crescimento econômico, o PIB cresceu 5,1% (igual trimestre do ano anterior), o que sinaliza uma retomada na economia baiana. Os números do emprego formal também sinalizam essa tendência, sendo a Bahia o estado líder no acumulado do saldo de empregos formais no Nordeste. Assim, tendo em vista a associação entre a economia e as finanças públicas, foi possível observar que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu R\$ 1,6 bilhão no trimestre entre julho e setembro de 2021 em relação ao

mesmo período de 2020. Segundo informações dos técnicos da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA), esse aumento está concentrado no setor de petróleo. No que se refere ao desempenho do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE), esse também foi de alta, quase R\$ 900 milhões a mais entre o trimestre de julho a setembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Nesse caso, pode-se atribuir esse aumento à recomposição dos impostos que compõem a base do fundo, que são o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Desse modo, os dois principais itens de receita do estado da Bahia apresentaram sensível melhora neste exercício de 2021.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

João Paulo Caetano Santos
joaopaulo@sei.ba.gov.br

Denis Veloso
(dveloso@sei.ba.gov.br)

Carol Vieira
carolvieira@sei.ba.gov.br

Economia baiana tem alta de 5,1% no 2º trimestre de 2021

De janeiro a setembro, PIB baiano cresceu 3,9%. De acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica - Produto Interno Bruto (PIB) – cresceu 5,1% no terceiro trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Considerando-se a série com ajuste sazonal (3º trimestre de 2021 em comparação com o 2º trimestre de 2021), o resultado foi de 2,0%. De janeiro a setembro de 2021 (acumulado no ano), a variação em volume foi de 3,9%.

Tabela 1
PIB trimestral
Bahia – 2021(1)

Períodos	Taxas (%)
3º tri 2021/3º tri 2020	5,1%
3º tri 2021/2º tri 2021 (sazonal)	2,0%
Acumulado do ano	3,9%

Fonte: SEI.

Nota: (1) dados sujeitos a retificação.

PIB em Valor Corrente

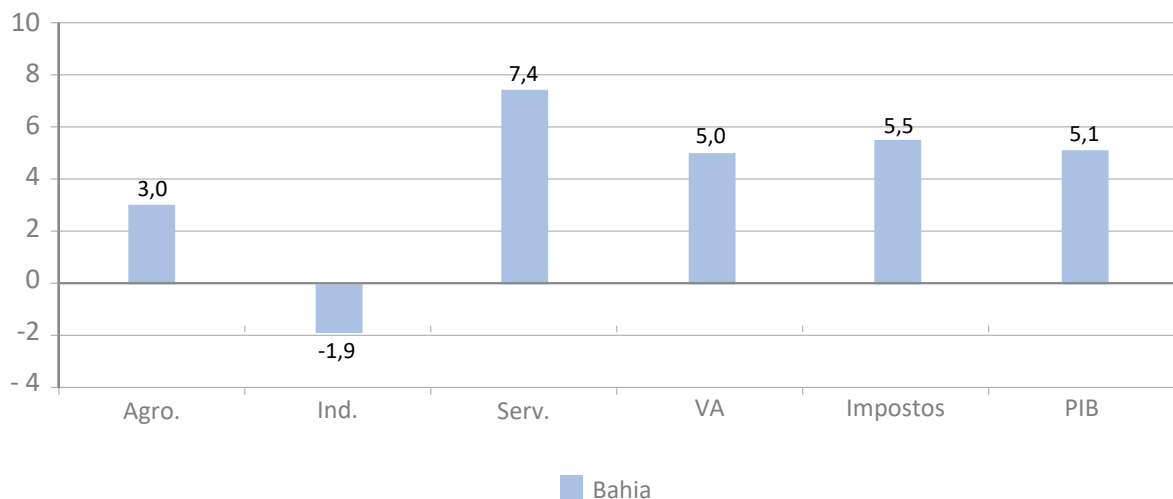
No 3º trimestre de 2021, o PIB totalizou R\$ 84,7 bilhões, sendo que aproximadamente R\$ 73,5 bilhões são referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 11,2 bilhões ao Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios. No que diz respeito aos grandes setores, a Agropecuária apresentou Valor Adicionado de R\$ 7,3 bilhões, a Indústria, R\$ 16,3 bilhões e os Serviços, R\$ 49,8 bilhões.

No acumulado do ano de 2021, o PIB totalizou próximo de R\$ 260,2 bilhões, sendo R\$ 227,8 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 32,3 bilhões ao Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios. No que diz respeito aos grandes setores, a Agropecuária apresentou Valor Adicionado de R\$ 32,5 bilhões, a Indústria, R\$ 50,5 bilhões e os Serviços, R\$ 144,8 bilhões.

3º Trimestre 2021/ 3º Trimestre 2020

Quando comparado ao igual período do ano anterior, o PIB da Bahia apresentou expansão de 5,1% no terceiro trimestre de 2021, conforme dados divulgados pela equipe de Contas Regionais da SEI. O Valor Adicionado apresentou variação positiva de 5,0% e o Imposto sobre Produtos Líquidos de Subsídios, alta de 5,5%. Além da base de comparação (3º trimestre do ano anterior) ser de queda (-4,1%), dois setores são responsáveis pelo resultado positivo da atividade econômica do estado: Agropecuária, com taxa positiva de 3,0%, e Serviços, com alta de 7,4%.

Gráfico 1
Varição das atividades do Produto Interno Bruto
Bahia/Brasil – 3º tri. 2021(1)



Elaboração: SEI/IBGE.

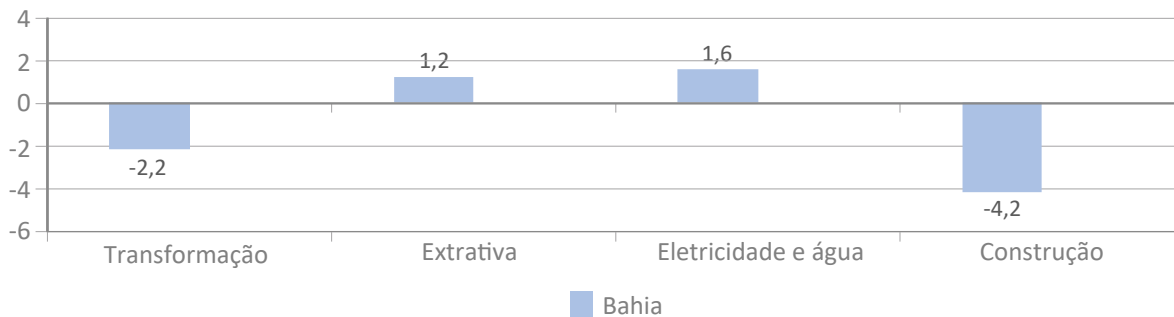
Nota: (1) em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) dados sujeitos a retificação.

Os segmentos da pecuária, lavoura temporária e lavoura permanente foram os que mais contribuíram para o desempenho positivo da agropecuária baiana no terceiro trimestre; em contrapartida, a produção de cereais, algodão e café registrou desempenho negativo no terceiro trimestre, contribuindo negativamente para o desempenho do setor.

A taxa do setor industrial no 3º trimestre da Bahia foi de -1,9%, único setor com taxa negativa no período. A retração ficou por conta do recuo da atividade na *Indústria de transformação* (-2,2%), com destaque para os recuos nas atividades de *fabricação de bebidas, refino e produtos químicos*; além da transformação, a *Construção civil* também apresentou retração no terceiro trimestre (-4,2%). Já as atividades de *eletricidade e água* (+1,6%) e *Indústria extrativa* (+1,2%) tiveram desempenho positivo.

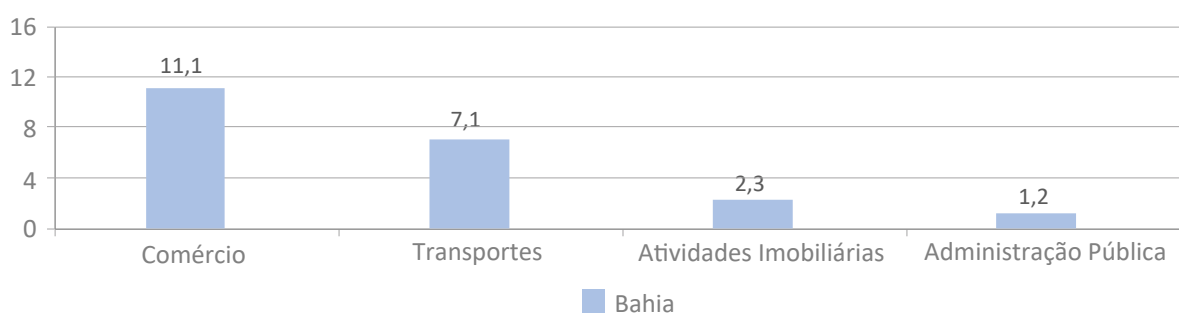
Gráfico 2
Variação das atividades da Indústria
Bahia/Brasil – 3º tri. 2021(1)



Elaboração: SEI/IBGE.
 Nota: (1) em relação ao mesmo período do ano anterior.
 (2) dados sujeitos a retificação.

O setor de Serviços registrou a maior alta no terceiro trimestre (+7,4%) favorecido pela recuperação das atividades econômicas mais afetadas pela crise da covid-19 e pela baixa base de comparação. Com exceção da estabilidade nas Atividades financeiras, todas as demais registraram variações positivas. O destaque do setor foi o crescimento observado na atividade de Comércio (+11,1%), seguido dos Transportes (+7,1%). A Administração pública, atividade com maior peso na economia baiana, apontou crescimento de 1,2% e as Atividades imobiliárias, alta de 2,3%. Destaca-se ainda o crescimento no grupo Outros Serviços¹⁰ com expansão de 14,4% no terceiro trimestre de 2021.

Gráfico 3
Variação das atividades de Serviços
Bahia/Brasil – 3º tri. 2021(1)



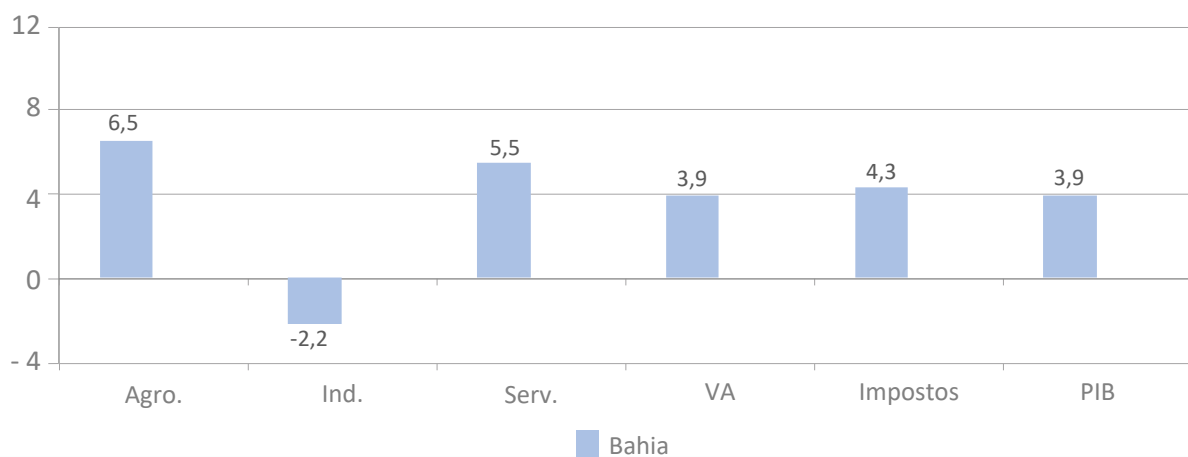
Elaboração: SEI/IBGE.
 Nota: (1) em relação ao mesmo período do ano anterior.
 (2) dados sujeitos a retificação.

¹⁰ Engloba as seguintes atividades: Serviços de alojamento e alimentação; Serviços de informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde mercantis; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Serviços Domésticos.

Acumulado no ano (janeiro a setembro de 2021)

O PIB baiano acumulado de janeiro a setembro de 2021 registrou expansão de 3,9% (diante do registrado no mesmo período de 2020). Nesse período, a Agropecuária variou positivamente, com alta de 6,5%, a Indústria caiu 2,2% e os Serviços cresceram 5,5%. O crescimento em volume do setor agropecuário baiano, no acumulado do ano, foi de 6,5%, favorecido pelas altas na produção de soja (produção total deve ficar próxima a 7 milhões de toneladas), cana de açúcar, cacau, laranja e lavouras permanentes.

Gráfico 4
Variação das atividades do Produto Interno Bruto
Bahia/Brasil – 3º tri. 2021(1)



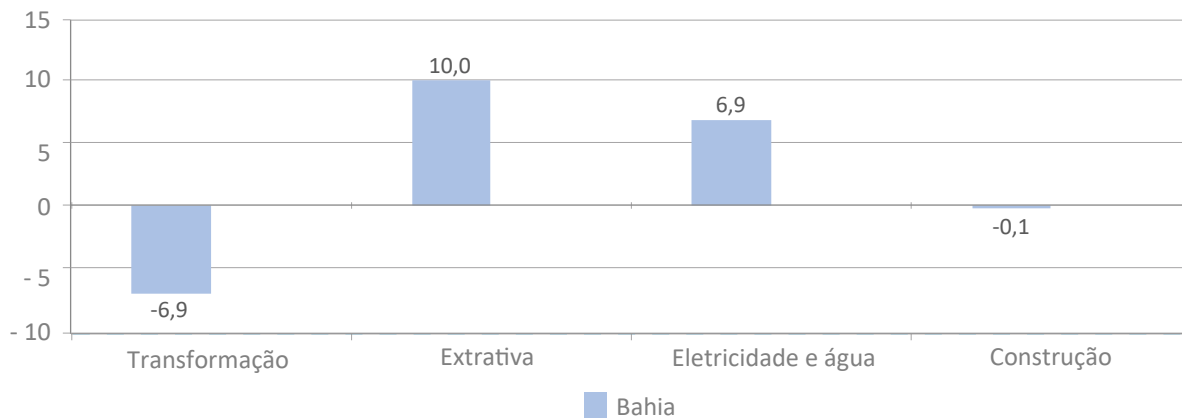
Elaboração: SEI/IBGE.

Nota: (1) em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) dados sujeitos a retificação.

A taxa do setor industrial da Bahia foi negativa em 2,2%, puxada pelo desempenho negativo da *indústria de transformação*, que fecha os nove primeiros meses do ano com retração de -6,9%, enquanto a *Construção civil* ficou praticamente estável com ligeira retração de -0,1%. As outras duas atividades registraram resultados positivos: eletricidade e água (+6,9%) e extrativa mineral (+10,0%). O setor de serviços da Bahia cresceu 5,5% de janeiro a setembro, com destaque para os acumulados positivos nas atividades de Comércio (+15,5%), Transportes (+9,5%) e Outros Serviços (+4,8%). Ainda dentro do setor, observou leve incremento nas Atividades imobiliárias (+2,2%) e na Administração pública (+1,2%). O impacto positivo no setor dos serviços (representa 71,3% do PIB do estado) foi significativo no resultado final do PIB baiano nesse acumulado do ano.

Gráfico 5
Variação das atividades da Indústria
Bahia/Brasil – 3º tri. 2021(1)



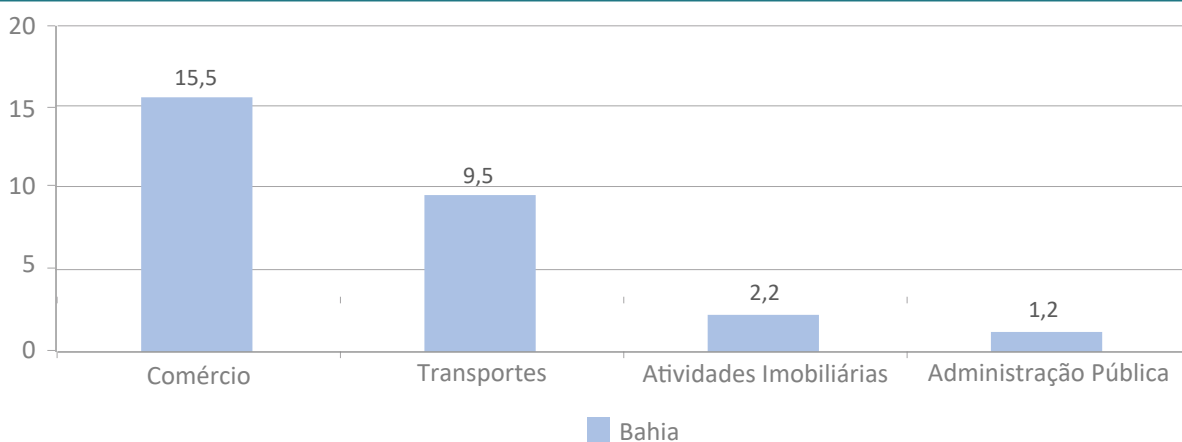
Elaboração: SEI/IBGE.

Nota: (1) em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) dados sujeitos a retificação.

O setor de serviços da Bahia cresceu 5,5% de janeiro a setembro, com destaque para os acumulados positivos nas atividades de Comércio (+15,5%), Transportes (+9,5%) e Outros Serviços (+4,8%). Ainda dentro do setor, observou leve incremento nas Atividades imobiliárias (+2,2%) e na Administração pública (+1,2%). O impacto positivo no setor dos serviços (representa 71,3% do PIB do estado) foi significativo no resultado final do PIB baiano nesse acumulado do ano.

Gráfico 6
Variação das atividades de Serviços
Bahia/Brasil – 3º tri. 2021(1)



Elaboração: SEI/IBGE.

Nota: (1) em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) dados sujeitos a retificação.

Mercado de Trabalho

Luiz Fernando Araújo Lobo
luizlobo@sei.ba.gov.br

Na Bahia, como ocorrido no terceiro e no quarto trimestres de 2020 e no primeiro e no segundo deste ano (quando 29.065, 26.800, 43.271 e 26.792 novas vagas foram abertas, respectivamente), os números do intervalo mais recente, revelados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), também surpreenderam positivamente¹¹. De julho a setembro, o montante de vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho incorporou 39.936 novos registros, completando cinco trimestres seguidos com expansão do nível de emprego formal e amparando o maior saldo para um terceiro trimestre no estado desde o computado em 2010 (+40.596 postos)¹².

A dinâmica com mais admissões do que desligamentos foi apurada em cada um dos meses do terceiro trimestre de 2021 na Bahia. O mês de agosto foi o de maior saldo, com 17.721 novas vagas – revelando-se, assim, o segundo melhor resultado mensal do ano até então. Os meses de julho e setembro testemunharam excedentes menos destacados, com surgimento de 10.870 e 11.345 novos postos, respectivamente – mantendo uma geração considerável ao longo do trimestre. Entretanto, em termos de saldo, vale destacar, apenas os dois primeiros meses do referido intervalo evidenciaram saldos superiores aos de um ano atrás, já que o mês de setembro exibiu um desempenho mais contido do que o observado no mês correspondente do ano anterior.

O saldo de empregos com registro em carteira assinada também foi positivo para o País como um todo no agregado dos meses de julho a setembro deste ano, com 984.395 postos a mais. Ademais, todas as regiões geraram postos de trabalho, com o Sudeste evidenciando a melhor situação em termos absolutos e o Norte exibindo a cena menos favorável. Das unidades da Federação, houve surgimento líquido em todas elas. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo de 39.936 oportunidades ocupacionais, ficou na oitava posição, uma colocação abaixo da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, a Bahia mostrou o terceiro melhor desempenho absoluto, enquanto Pernambuco (+51.208) e Piauí (+8.206 postos) exibiram o maior e o menor saldo regional no período, respectivamente.

¹¹ Desde o início de 2020, o Caged vem sendo substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) como meio para a prestação de informações por parte do empregador. A fim de assegurar a qualidade e a integridade das estatísticas do emprego formal e evitar lacunas decorrentes de falta de prestação da informação ou de inconsistências causadas por migrações de sistemas, vem-se utilizando do método de imputação e compatibilização de dados de outras fontes. Em breve, no entanto, o eSocial será a única fonte de dados a alimentar o sistema Caged.

¹² Dada a natureza distinta de captação das informações, decorrente da implantação do eSocial, e a maior cobertura (com a incorporação de outros tipos de vínculos não declarados ao Caged), as comparações com anos anteriores devem ser realizadas com cautela. Informações adicionais em <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-novo-caged>.

Conforme os dados do Caged, a Bahia iniciou o ano dispondo de um estoque de 1.703.775 empregos com carteira assinada. Ao final dos primeiros nove meses do ano, entretanto, esse montante se ampliou em aproximadamente 6,5%, fruto do surgimento de 109.999 vínculos nesse espaço de tempo – contribuindo para suplantar a perda líquida de 9.138 postos no ano passado e ainda para renovar o entusiasmo quanto ao processo de reabilitação vivenciado nos anos de 2018 e 2019, quando emergiram 30.746 e 30.858 novos postos, nessa ordem.

A dilatação no mercado de trabalho formal baiano no terceiro trimestre do ano alcançou todos os estratos setoriais, já que não houve eliminação líquida de postos em qualquer um deles. A atividade de *Serviços* se destacou com o desempenho mais proeminente entre as cinco categorias, com a contratação líquida de 13.562 trabalhadores no período. O *Comércio*, com 10.125 novos vínculos, também indicou um saldo relativamente estendido, assumindo o segundo melhor resultado entre as atividades. Em seguida, com saldos positivos menos protuberantes, por ordem decrescente, vieram os setores da *Indústria geral* (+8.619 postos), da *Construção* (+4.182 postos) e da *Agropecuária* (+3.448 vagas). Assim, portanto, nenhum grupamento de atividade econômica registrou um número maior de fechamentos do que de aberturas de postos no citado intervalo no estado¹³. Por fim, segundo dados do Caged, para cada um dos grupamentos, o estoque de vínculos celetistas atual já se encontra em patamar superior ao do período pré-pandemia.

O levantamento mais recente da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) também apontou avanços no contexto do mercado de trabalho baiano, mas bem mais comedidos do que os expressados pelos dados do Caged. Além do mais, os progressos não se deram de forma irrestrita, visto que nem todos os indicadores progrediram, a exemplo do rendimento médio real mensal.

A taxa de desocupação, foco dos holofotes, emendou a segunda queda trimestral seguida, após o auge no primeiro trimestre de 2021 (21,7%) – aguardando, porém, maior dinamismo da economia para se confirmar uma tendência. Além disso, ao passar de 20,2% para 18,7% da população na força de trabalho do segundo ao terceiro trimestre, contou com o terceiro mais intenso recuo na margem da série (queda de 1,5 ponto percentual) – alcançando, dessa forma, o menor patamar desde o último trimestre de 2019 (16,5%). Em um ano, também houve recuo, já que estava em 21,1% no mesmo trimestre de 2020. Por outro lado, apesar da melhora, a referida taxa ainda se encontra no sétimo maior patamar desde o começo da pesquisa.

¹³ Por praticidade, houve simplificação de algumas categorizações. Os grupamentos Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas foram denominados simplesmente como Agropecuária e Comércio, nessa ordem.

Das unidades da Federação, apenas duas apresentaram alta da taxa trimestral de desocupação do segundo ao terceiro trimestre: Amapá e Distrito Federal. No mais, pela segunda vez seguida, a maior taxa não foi a da Bahia – fato que ocorreu por oito oportunidades em sequência antes disso. Agora, o estado baiano detém a segunda maior taxa do País. Nesses dois últimos trimestres, Pernambuco vem sendo o responsável pelo índice mais elevado, com 19,3% no intervalo mais recente. Na outra ponta, Santa Catarina (5,3%) apresentou a menor estimativa. Em terras baianas, portanto, a situação se traduz em um indicador mais do que três vezes o observado em território catarinense. No Brasil e no Nordeste, as taxas ficaram em 12,6% e 16,4%.

No intervalo em análise, relativamente ao trimestre adjacente anterior, assim como do primeiro para o segundo trimestre, o mercado de trabalho baiano experimentou tanto uma alta na ocupação quanto uma queda na desocupação, cursos que convergiram para a compressão da taxa de desocupação – a influência, destaque-se, adveio mais do primeiro (mais 355 mil ocupados ou +6,5%) do que do segundo movimento (menos 38 mil desocupados ou -2,8%). No entanto, a alta da ocupação se mostrou mais ampla e a queda da desocupação menos intensa agora do que na passagem do primeiro para o segundo trimestre.

O contingente de ocupados, com 5,797 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade, assim, finalmente, superou o registrado no trimestre imediatamente pré-pandemia (ou seja, no primeiro trimestre de 2020). Esse montante, porém, já foi de 6,451 milhões quando em seu auge, no último trimestre de 2014. A população desocupada ficou em 1,336 milhão de indivíduos, ainda o quarto maior quantitativo já estimado e acima de qualquer montante observado antes da pandemia apesar da contração recente. Por fim, mesmo com mais gente em idade de trabalhar, recorde da série, o número de pessoas fora da força de trabalho diminuiu, quarto trimestre seguido com encolhimento, chegando a 4,965 milhões – sem dúvida, positivo, mas ainda num patamar maior do que qualquer outro de antes da pandemia, o que pode repercutir na desocupação se o desempenho econômico não for suficiente para incorporar aqueles que voltarem a pressionar o mercado de trabalho em busca de ocupação.

Importante pontuar que, assim como do primeiro ao segundo trimestre deste ano, mas de forma menos intensa, o aumento atual da ocupação no estado se deu principalmente pelo canal da informalidade. Na passagem mais recente, pouco mais de seis em cada dez pessoas que passaram a trabalhar eram informais – anteriormente, do primeiro ao segundo trimestre, foram pouco mais de 80,0%. Tal movimento, portanto, segue a mesma via percorrida durante a fase crítica de deterioração recente, quando aqueles mais distantes do polo protetivo (no caso, os informais) foram os mais fortemente atingidos. Após duas quedas trimestrais sucessivas, o conjunto dos informais completou cinco altas subsequentes. O quantitativo de formais, depois de ter encolhido, se expandiu pela segunda vez seguida. Por fim, o período de julho a setembro de

2021 contabilizou 3,226 milhões de ocupados na informalidade e 2,570 milhões na formalidade. O grau de informalidade no mercado de trabalho baiano, dessa forma, ficou em 55,6%, o maior percentual desde que começou a ser calculado e o quinto maior do País. No Brasil como um todo, 40,6% dos trabalhadores se encontravam na informalidade nesse mesmo período.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre de 2021, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.583 – simplesmente, o menor da história para o estado e o segundo mais baixo entre as unidades federativas. Em relação ao mesmo intervalo de 2020, quando estava em R\$ 1.877, houve queda de 15,7% (ou seja, menos R\$ 294) – a maior retração interanual averiguada. Num comparativo com o trimestre imediatamente anterior, quando o valor estava em R\$ 1.682, ocorreu uma variação negativa de 5,9% (menos R\$ 99), nova queda após ocorrência de alta no intervalo antecedente e o segundo maior recuo entre trimestres adjacentes.

A massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 8,798 bilhões, ainda o quarto menor montante já contabilizado – significando uma pequena elevação de 0,2% frente ao do segundo trimestre, de R\$ 8,778 bilhões (terceiro menor volume da série), e uma diminuição de 0,9% no comparativo com o total do mesmo período do ano passado, cujo valor havia sido de R\$ 8,878 bilhões. Assim, após quatro quedas consecutivas, a massa de rendimento real aumentou pela segunda vez seguida quando se compara com o montante do trimestre imediatamente antecedente. Por fim, importante destacar, a alta recente se deu exclusivamente por conta do aumento do número de pessoas trabalhando, já que o rendimento médio despencou.

Enfim, enquanto o cenário pintado pelo Caged indica recuperação plena, aquele retratado pela PnadC, mesmo com melhoria de alguns indicadores, não exhibe qualquer desempenho espetacular e sugere que os avanços seguem uma trajetória não tão linear e muito menos veloz – ou seja, algo muito mais condizente com o entendimento de que o mercado de trabalho tende a ser um dos últimos pilares a materializar uma reabilitação completa. De forma resumida, enquanto os dados do Caged permitem anunciar uma exuberante recuperação em “V” (ou até mais do que isso, já que aponta que todos os postos com carteira assinada eliminados ano passado não somente foram recuperados como muitos outros foram gerados), os indicadores da PnadC, apesar de progressos diversos, repercutem ainda o misto de uma conjuntura desfavorável e uma recomposição lenta e gradual, como esperado. Assim, portanto, ainda não chegou o momento de comemorar: a realidade laboral continuou bastante debilitada no terceiro trimestre do ano no estado e vários dos avanços devem ser entendidos com reservas, sobretudo diante de uma base de comparação consideravelmente deteriorada.